

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS - IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**NOME: RHAYANE DA SILVA ALMEIDA  
MATRÍCULA: 10/0121951**

**DEMANDAS APRESENTADAS AO SERVIÇO SOCIAL PELOS DISCENTES,  
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO  
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA**

**RHAYANE DA SILVA ALMEIDA**

**DEMANDAS APRESENTADAS AO SERVIÇO SOCIAL PELOS DISCENTES,  
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO  
FEDERAL DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília  
–UnB como requisito para obtenção do título de  
bacharel em serviço social.

Orientador: Professora Ivanete Salete Boschetti

Brasília

2015

**RHAYANE DA SILVA ALMEIDA**

**DEMANDAS APRESENTADAS AO SERVIÇO SOCIAL PELOS DISCENTES,  
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO  
FEDERAL DE BRASÍLIA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília  
–UnB como requisito para obtenção do título de  
bacharel em serviço social.

Orientador: Professora Ivanete Salete Boschetti

---

Prof. Dr Ivanete Salete Boschetti  
(Orientadora)

---

Luciana dos Reis Elias  
(Assistente Social do IFB)

---

Clarice Barbosa Vieira  
(Assistente social do IFB)

Dedico este trabalho à mulher da minha vida, aquela que me acolheu, me amou e acreditou em mim mesmo quando a sociedade dizia não.

Gizelda da Silva Alves

## AGRADECIMENTOS

Minha trajetória até a Universidade de Brasília foi um tanto conturbada, saí de escola pública em Formosa- GO para estudar em Brasília, havia decidido cursar o terceiro ano no Elefante Branco, e lá estava ela, minha tia Lucinéia fazendo minha matrícula junto comigo.

Já havia decidido por dar um passo pra mudar a minha vida, então decidi estudar pro vestibular da UnB, não tinha dinheiro pra comprar livros, então decidi imprimir as provas antigas dos vestibulares anteriores pra estudar. E lá foi minha tia mais uma vez, se virou e imprimiu todas as provas anteriores para que eu pudesse estudar.

Mas não acaba por aí, eu precisava estudar um idioma e minha tia Gilvânia com toda a paciência do mundo me ajudou com a gramática do espanhol.

Depois de tanto estudo, finalmente chegou o primeiro vestibular, o famoso 2/2010. E eu passei e como segue a história, lá foi minha tia Lu junto comigo fazer a matrícula. Então só me resta agradecer a essas duas pessoas maravilhosas que estavam comigo e estão até os dias de hoje.

Agradeço a Deus pela presença das minhas avós, que me deram todo o amor e o apoio do mundo. Agradeço a minha vó Gizelda que se levantou todos os dias de madrugada pra eu não ir pra universidade com fome.

Agradeço a minha mãe por ter me recebido em seu lar, por ter me ajudado nos momentos que precisei.

Agradeço a todas as mães e pais que me adotaram com carinho e me incentivaram como se da minha família fossem.

Agradeço a todas as amigas que fiz na UnB, amigas que me fizeram refletir e ser melhor, amigas que estavam comigo em todos os momentos difíceis, que me ouviram e me acolheram. Pessoas que quero por perto por toda a vida, que me trazem lembranças boas.

Não posso me esquecer de agradecer aquela que entrou na minha vida como usuária do serviço social e virou a minha melhor amiga, a dançarina e a amiga, que sempre esteve presente. Mesmo quando eu estava escrevendo meu trabalho de conclusão de curso, ela estava lá.

Em especial agradeço o IFB e toda a sua equipe, que me recebeu como estagiária e me proporcionou o momento em que descobri a minha paixão pelo Serviço Social na educação. Alí eu vi a importância do trabalho e como a atuação do assistente social muda a vida das pessoas. Agradeço a Luciana dos Reis Elias, por ser uma ótima profissional e ser pra mim uma referência de profissional.

A Clarice Vieira, que é uma ótima profissional, muito dedicada. É um prazer inenarrável ter esse exemplo de pessoa como avaliadora da banca.

E meus sinceros agradecimentos a mulher mais inteligente que tive o prazer de conhecer, aquela que tem um sorriso doce e a alma de uma guerreira. Com tanto esforço e talento ela é referência no Serviço Social e eu tenho muito orgulho de ter o prazer de ter este trabalho orientado por ela, Ivanete Boschetti.

Agradeço a todos que acreditaram no trabalho do Serviço Social, em especial o serviço social na educação.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva crítica dialética, as demandas apresentadas pelos discentes ao serviço social dentro dos Institutos Federais (IFes) de Brasília e as dificuldades encontradas para atendê-las. A partir dessa problemática analisamos, ainda, as competências e atribuições dos assistentes sociais no Instituto Federal de Brasília(IFB). Para adentrar a essa temática o presente trabalho faz uma análise na história do ensino superior no Brasil, analisando a crise da educação e as contrarreformas na atualidade, no contexto da expansão do ensino superior no Brasil. Demonstramos o papel do serviço social na educação dentro dos Ifes, identificamos as demandas apresentadas pelos discentes e problematizamos as condições objetivas de que dispõem os assistentes sociais para realizar suas competências e atribuições e responder às demandas. Esse trabalho aponta os recursos disponibilizados e utilizados pelos Institutos para o atendimento das demandas dos discentes e problematiza as condições objetivas existentes para que os assistentes sociais possam realizar suas competências e atribuições, uma vez que cada campus tem demandas diversificadas que necessitam de intervenções diferenciadas.

**Palavras-Chave:** Serviço social, educação, Instituto Federal, instrumentais.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to analyze, from the critical dialectical perspective the demands of students to the social work within the Federal Institutes (IFes), the delimitation is to institutes of Brasilia who work with the same instrumental despite having demands different. From this issue let's look beyond the demands powers and duties of the social workers at the Federal Institute of Brasilia (IFB). To enter to this issue this paper analyzes the history of higher education in Brazil, analyzing the crisis in education and reforms that axis to the present gated in questioning and creation of the Federal Institutes in the context of higher education expansion in Brazil. Demonstrating the role of social work in education within the IFES and identifying the demands presented by students and demonstrating the objective conditions that have social workers to carry out their powers and duties and respond to the demands. This work deepens the resources made available and used by the institutes to meet the demands of students and discusses the existing objective conditions so that social workers can carry out their functions and duties as each campus has diversified demands that require different interventions.

**Keywords:** social work, education, Federal Institute instrumental.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEFETs- Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

Cfess- Conselho Federal de Serviço Social

CGAE- Coordenação Geral de Assistência Estudantil

Cress- Conselho Regional de Serviço Social

DF- Distrito Federal

FHC- Fernando Henrique Carsoso

IFB- Instituto Federal de Brasília

IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LDB- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NAPNE- Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI- Programa Universidade para Todos

REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

## SUMÁRIO

<b>CRISE DO CAPITAL E CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>16</b>
1. CRISE DO CAPITAL E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	17
2. CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....	19
<b>OS INSTITUTOS FEDERAIS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>23</b>
1. HISTÓRICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	24
2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE BRASÍLIA .....	25
3. O CONTEXTO DE CADA CAMPUS DO IFB .....	27
4. REITORIA .....	28
5. CAMPUS BRASÍLIA .....	29
6. CAMPUS TAGUATINGA CENTRO .....	30
7. CAMPUS SAMAMBAIA .....	30
8. CAMPUS RIACHO FUNDO.....	30
9. CURSOS OFERTADOS .....	31
10. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES .....	34
<b>O TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA .....</b>	<b>37</b>
1. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE BRASÍLIA.....	38
2. PERFIL DE TRABALHO.....	43
3. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REITORIA .....	43
4. ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS CAMPI.....	48
5. INSTRUMENTAIS .....	54
6. ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS.....	56
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO I - QUADRO DE PONTUAÇÃO SOCIOECONÔMICA .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MODELO) .....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>66</b>

## INTRODUÇÃO

A educação é o fator necessário para a reprodução do ser social nessa sociedade contraditória, dividida entre os detentores dos meios de produção, que explora e se apropria da produção do detentor da força de trabalho, e assim se da a reprodução das relações sociais capitalistas.

A socialização de conhecimentos científicos, integra a continuidade de um modo de ser, segundo o Conselho Federal de Serviço Social - Cfess (2002), essa função social é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação.

A educação é voltada para o mercado de trabalho, e para entender essa proposição é necessário discutir a relação entre educação e trabalho. Segundo o CFESS (2002), o trabalho é a atividade fundante do ser social por ser a atividade que o distingue dos demais seres naturais, a partir da qual se instaura e se desenvolve sua própria humanidade como produção histórica e não como mero desenvolvimento da natureza.

Para pensar a educação voltada ao mercado de trabalho, podemos exemplificar a educação técnica oferecida nos institutos, que se compõe para suprir as demandas do mercado de trabalho. Essa realidade faz parte de uma totalidade e compreende as diferentes dimensões que mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica que expande o capital, ou seja, pra esse ser sobreviver ele é obrigado a vender sua força de trabalho, que no capitalismo perde sua função social e se transforma em uma mercadoria.

Esse processo de mercadorização da força de trabalho produz novas formas de sociabilidade, fundada na desigualdade entre as classes sociais, na subsunção do trabalho ao capital e na extensão da lógica da produção da mercadoria que viabiliza a acumulação incessante do capital para as demais dimensões da vida social.

Esse processo social só se permite acontecer a partir de amplo processo de alienação que se apresenta como relação de troca orientada para o mercado.

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana seria um milagre monumental. É por isso

que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (Mészáros, apud Cfess-Cress, 2002: 18)

Conforme análise do Conjunto Cfess-Cress (2002), a educação voltada para o capital se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades (ou não) de construção histórica de uma educação emancipadora.

É importante o estudo da política de educação, por esta resultar de uma história de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado e conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social.

O Estado nem sempre assegura as condições necessárias à realização da educação como direito social, que resulta das conquistas de lutas políticas da classe trabalhadora. Segundo o Cfess (2011), a trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora.

A educação estruturada como política pública é conquista das lutas sociais, e hoje é processo de produção de consciência própria. A educação é disputada pelas classes sociais. Compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (ALMEIDA, apud Cfess, 2011: 20)

O significado da política educacional para o capital não mudou, segundo o Cfess-Cress, uma vez que em tempos de crise e de recomposição das taxas de acumulação a educação está em situação de desumanização, assumindo uma feição moderna.

A política educacional, hoje, não está estruturada para assegurar modos autônomos de pensar e agir, e sim estruturada como forma de atender as necessidades do capital.

Segundo o Cfess-Cress (2002), o processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais devem ser mantidas desde a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior.

A partir do desenvolvimento de programas assistenciais, ocorre o incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a educação

pública. São ações que soam para muitos como “mudanças históricas” na educação brasileira e que incidem sobre a ampliação das possibilidades de contratação de assistentes sociais para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação “inclusiva” e “cidadã”.

A expansão dos direitos sociais como forma de entender a cidadania tem na política de educação um direito social a ser universalizado, como defende o Cfess. Nessa direção, a concepção de educação em tela não se dissocia das estratégias de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos, da constituição de uma seguridade social não formal e restrita, mas constitutiva desse amplo processo de formação de autoconsciência que desvela, denuncia e busca superar as desigualdades sociais que fundam a sociedade do capital e que se agudizam de forma violenta na realidade brasileira.

A perspectiva de democratização está na base de construção dos processos de emancipação política. E uma educação fundada nesta compreensão não pode deixar de fortalecer os processos de socialização da política e de socialização do poder como condição central de superação da ordem burguesa. (COUTINHO, 2006)

Esse trabalho de conclusão de curso resulta de pesquisa destinada a compreender a atuação do Serviço Social no Instituto Federal de Brasília. Busca demonstrar as demandas apresentadas pelos discentes e problematizar as condições objetivas de que dispõem os assistentes sociais para realizar suas competências e atribuições, com vistas a materializar a Política de Assistência ao Estudante no IFB.

O objeto estudado foi, as demandas apresentadas pelos discentes ao Serviço Social e as possibilidades e limites de realização das competências e atribuições do assistente social no Instituto Federal de Brasília, foi escolhido a partir de um interesse sobre a política de educação e a atuação do serviço social nesse espaço, com ênfase na educação técnica/tecnológica e de graduação no Instituto Federal de Brasília, a partir da experiência de estágio ali realizado.

Este tema poderá fornecer importantes contribuições e merece ser aprofundado pelo Serviço Social, por esta ser uma área relevante para a profissão, pois se constitui em campo de atuação em expansão.

Durante o curso nota-se que as discussões sobre a educação ainda têm espaço restrito no campo do serviço social, especialmente quando abordamos a atuação do assistente social na educação superior.

Ainda são poucos os estudos sobre o serviço social na educação, como também ainda é incipiente o número de assistentes atuando nesta área. Não existe uma Lei Nacional que obrigue a contratação de assistentes sociais nas escolas, mas há uma luta do Conselho Federal de Serviço Social e do Conselho Federal de Psicologia pela aprovação de Projeto

de Lei nessa direção.<sup>1</sup> Contudo, essa realidade vem se transformando no ensino superior, mas deixa a desejar nas outras modalidades de ensino, e hoje, já encontramos um número significativo de profissionais atuando no ensino superior, sobretudo na área da assistência estudantil.

Ao longo da realização da pesquisa, foi identificado que ainda há pouca produção teórica sobre atuação do serviço social neste campo, mas as obras analisadas contribuíram para aprofundamento da reflexão aqui realizada. Para explorar a temática esta pesquisa adotou como procedimento metodológico a realização de cinco entrevistas com profissionais que atuam no Instituto Federal de Brasília, além de análise documental, com o intuito de discutir a atuação do profissional do serviço social na educação básica, técnica e superior.

A discussão teórica sobre o tema, recorreu a autores que abordam a história da educação no Brasil, contrarreforma da educação e a atuação do serviço social.

A pesquisa é de natureza qualitativa e como campo da pesquisa empírica adotou como recorte o Instituto Federal de Brasília. Esta foi delimitada a cinco *campi* que contam com assistentes sociais e foram realizadas entrevistas semi estruturadas com os assistentes sociais de cada um dos respectivos campus.

As entrevistas foram conduzidas, utilizando um roteiro previamente elaborado, apresentado no anexo II. Todos os entrevistados concordaram em participar da pesquisa, mediante assinatura do termo de consentimento (anexo III), após terem sido devidamente esclarecidos quanto aos objetivos desta, e será garantida sua confidencialidade. Este trabalho e as entrevistas respaldaram-se no Código de Ética dos Assistentes Sociais e seguiram rigorosamente os preceitos, valores e determinações estabelecidos no mesmo.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. O Primeiro capítulo tem abordagem histórica sobre a crise do capital e a contrarreforma do ensino superior, para situar em que momento foi pensada a criação dos institutos federais no Brasil, além de fazer uma crítica à contrarreforma da educação em processo no Brasil, desde o início do ano de 1990, que beneficia a área da educação privada e provoca uma expansão de cursos sem as devidas condições e financiamento necessários.

O segundo capítulo, aborda a temática do ensino superior no Brasil e a criação dos institutos federais, oferecendo uma nova modalidade de ensino (Técnico, tecnólogo e graduação) com a lógica do ensino técnico. Esse capítulo aprofunda a história dos institutos

---

<sup>1</sup> O projeto de lei n. 3.688/2000 dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas escolas públicas de educação básica, de autoria do deputado José Carlos Elias, foi apresentado em 2000 na Câmara dos Deputados. Tramitou na casa até 2007, quando foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal que o aprovou com alterações o que o fez retornar à Câmara. Nesse momento, está na CCJC, onde precisa ser aprovado antes de seguir para o plenário da Câmara, última instância de ir para a sanção presidencial. Para acompanhar a luta do CFESS e CFP ver <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1181>

e a criação do serviço social neste espaço, delimitando as políticas de assistência estudantil destinadas aos discentes.

No terceiro capítulo, discute-se o trabalho dos assistentes sociais no IFB, mostrando suas competências e atribuições, o perfil dos assistentes sociais que trabalham nessa área, as análises das entrevistas dos profissionais e as demandas apresentadas aos Assistentes Sociais.

E finalmente na conclusão, faremos um breve relato da práxis analisada de acordo com as entrevistas realizadas.

# **CAPÍTULO I**

## **CRISE DO CAPITAL E CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR**

Inúmeras são as análises que, de diferentes formas, caracterizam a crise deflagrada, em âmbito planetário [...] Nunca mudou tanta coisa em tão pouco tempo, exclamam uns; Nunca houve tanto fim, sentenciam outros. (FRIGOTTO;1995;59)

## 1. CRISE DO CAPITAL E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS

O estudo sobre a crise do capital nos leva ao aprofundamento sobre as transformações do sistema capitalista, que recai sobre as relações sociais e no mercado de trabalho. As implicações da crise do capital no mundo geram a questão social.

A questão social, nesta perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, o que implica um predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.

Segundo Behring e Santos (2009), do ponto de vista marxista, a questão social considerando que está subjacente às manifestações concretas do processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa a luta de classes.

Então nota-se que a questão social é uma expressão da exploração que ocorre com as contradições do sistema capitalista. Em resposta aos efeitos da questão social, foi criada as políticas sociais como forma de mediação entre as classes dominantes e a sociedade para manter a ordem social.

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre serviço social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes o que envolve a política social como elemento central tem algumas implicações. Trata-se de imprimir historicidade a esse conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados, como já foi dito, às formas da produção e reprodução sociais capitalistas, com seu metabolismo incessante, como nos chama a atenção Meszáros (2002). E o debate deve incorporar, necessariamente, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, esse conceito está impregnado de luta de classes. (BEHRING e BOSCHETTI;2009;53)

Miranda (2011) coloca que criar objetos de consumo e consumidores em escala crescente, tem um objetivo contraditório, pois, o modo de produção capitalista cria em massa e ao mesmo tempo, têm restrições a realização dessa produção independente de consequências sociais, políticas, ecológicas e etc como tendência. Com isto, pretende-se concluir a demonstração de como o modo de produção capitalista caminha para a geração de crises de maneira cíclica.

Crise cíclica é o nome denominado a crise do capitalismo, que tem seus indícios desde a revolução industrial. O capitalismo volta-se para a acumulação independente das

consequências trazidas com ele como a exploração do trabalho humano que se fundamenta na relação capital/trabalho.

A partir da explicitação do conteúdo das crises no modo de produção capitalista pode-se perceber que estas provêm de um conflito entre as condições de produção, sob a lógica ilimitada da expansão do valor, e de realização de todo o valor criado. Essa contradição exacerba-se periodicamente, de maneira cíclica, de forma a paralisar em grande medida o processo de acumulação de capital, levando à destruição de parte do capital, eliminando o excesso, o que, ao mesmo tempo, já configura o caminho de saída da crise. (MIRANDA;2011;22)

Podemos perceber que a crise provém do modo de produção capitalista em torno do “valor”, pregando o Estado mínimo para o social e o Estado Máximo para o capital. É uma crise do processo civilizatório, que entrou em vigor com o esgotamento do período de acumulação capitalista.

Frigotto (1995) pontua que os anos de sustentação mediante o fundo público, da acumulação capitalista, permitiu ao capital, associado ao Estado um longo período de intensa reprodução ampliada e investimento pesado no avanço tecnológico, neste mesmo período a disputa entre a esfera privada e a pública implicava na reprodução da força de trabalho. Nos anos de 1930, a crise se manifestou com o desemprego em massa e a queda brutal das taxas de acumulação. O resultado disso, foi a terceira revolução industrial, que teve início em meados de 1940 após a segunda guerra mundial com o ápice do fordismo<sup>2</sup>, então surge o “Estado de Bem Estar Social” com impactos positivos e negativos sobre o trabalho humano, pois foi configurada uma nova divisão na quantidade e qualidade e novas demandas de qualificação profissional.

Neste contexto de análise crítica, adentrando no tema da educação, Marx faz referência ao significado de educação na sociedade pós-industrial, sem classe e fundada na sociedade excludente, em que o principal recurso é o conhecimento que era limitado aos representantes do capitalismo.

O verdadeiro significado da educação, para os economistas filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais, de tal sorte que se é despedido de um trabalho pelo empregado de uma máquina nova, ou por uma mudança na divisão do trabalho, possa encontrar uma colocação mais facilmente possível. (Max apud Frigotto;1995;140)

No Brasil, a crise se dá por meio da intensificação do trabalho e do distanciamento entre o crescimento econômico do capital e o salário mínimo, essa discrepância resulta em discriminação, desigualdade e não acesso aos direitos sociais.

---

<sup>2</sup> Gerenciamento tecnoburocrático de uma mão de obra especializada sob técnicas repetitivas de produção de serviços ou de produtos padronizados. (Tenório;2011)

No Brasil, embora esteja presente desde os anos 70, a crise do Estado somente se tornará clara a partir da segunda metade dos anos 80. Suas manifestações mais evidentes são a própria crise fiscal e o esgotamento da estratégia de substituição de importações, que se inserem num contexto mais amplo de superação das formas de intervenção econômica e social do Estado. Adicionalmente, o aparelho do Estado concentra e centraliza funções, e se caracteriza pela rigidez dos procedimentos e pelo excesso de normas e regulamentos. A reação imediata à crise - ainda nos anos 80, logo após a transição democrática - foi ignorá-la. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. (Plano Diretor, 2005, p.11)

Em 1990 o Brasil reagiu à crise com a reforma (reconstrução do Estado). O objetivo foi resgatar a autonomia financeira e a capacidade de implementar políticas públicas.

Boschetti (2009) coloca que, apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contra-tendências se interpuseram a essa possibilidade. Dos anos 1990 até os dias de hoje, têm sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas, por meio da expansão do desemprego e da violência.

## 2. CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Segundo Frigotto (1995), a educação apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica, quando apreendida no plano das determinações e das relações sociais e, portanto, ela mesma é constituída e constituinte destas relações.

Esta disputa hegemônica na esfera escolar reflete nos interesses de classe para a vida social, nos processos históricos que mudam a estrutura social e produtiva, nos processos educativos e nas formas de produção do trabalho como necessárias para a funcionalização das relações sociais dominantes.

Historicamente, a educação em todos os grupos sociais tem o objetivo de habilitar para o mercado de trabalho. Essa educação de forma controlada responde as demandas do capital.

A educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de saber social que é o conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades. Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e

envolvam a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. (Gryzbowski apud Frigotto, 1995;26)

Frigotto (1995) pontua que a superação da escravidão foi necessária para que a sociedade capitalista pudesse, sob uma igualdade jurídica legal, colocar as bases de relações econômicas, políticas e ideológicas de uma nova sociedade de classes.

Os processos históricos que mudam a estrutura social, os processos produtivos, a divisão do trabalho e os processos educativos são necessários para o funcionamento das relações sociais dominantes.

A tecnologia se torna um fator independente aos interesses de classe, como se houvesse igualdade entre as classes. Esta concepção surge após a superação do feudalismo, porém é marcada pela opressão, servilismo e desigualdade de classes, por uma sociedade com a falsa ideologia de ser livre e igualitária a partir do acesso a educação.

A qualificação, segundo Frigotto (1995), diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúcidas do ser humano, que são capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso. Com essa análise do tempo histórico e do conhecimento tecnológico notamos a superação parcial do trabalho manual e a possibilidade de redução deste trabalho no mundo, criando necessidade de qualificação especializada e conseqüentemente, modelos educativos voltados para este fim.

Ao se tratar a crise da função social e da crise da educação reconhecemos a necessidade de reformulação dos sistemas de ensino.

Segundo Frigotto (1995), nos séculos XIX e XX, nos países europeus, ocorrem reformas educacionais, mudanças de perspectivas pedagógicas, massificação e elevação dos níveis de escolarização.

Já o Brasil foi colonizado e definiu sua independência através da matriz cultural do colonizador, estabelecendo relação de submissão. Herdamos, pois, uma matriz cultural onde o colonizado se identifica com o colonizador. Apagam-se as raízes ou estas são renegadas. Hoje, continuamos a ser colonizados mediante a integração subordinada ao grande capital. (Frigotto;1995;36)

Somente em 1930 se efetiva um esforço para a criação de um sistema nacional de educação, com proposta mais liberal, porém essa reforma ampla, pouco mudou a situação da educação.

Na década de 50 e início da década de 60 a sociedade brasileira começou um movimento para as reformas de base. Frigotto (1995) aponta que esse movimento para uma sociedade mais democrática, envolveu grupos importantes na sociedade, como movimentos de cultura popular, de erradicação do analfabetismo, de educação popular, cinema novo, teatro popular, movimento estudantil e, no plano político-econômico, um projeto que

procurava romper a relação de submissão unilateral ao capital transnacional. Porém, esses ideários foram interrompidos pelo golpe militar de 64.

A afirmação de José Paulo Netto (2000) sobre esse período da ditadura militar, justifica o aprofundamento do estudo da contrarreforma do Estado pós-ditadura, pois conforme sinaliza o autor, “nos anos 80, ninguém discutia esta problemática sob esta denominação, reforma do Estado.”.

Esse debate teve início com a Constituição de 1988, “Quando a constituição entra em vigor, quando ela é promulgada, fica claro que havia um abismo.” (Netto, 2000;12)

O investimento no ensino superior como área de lucratividade do capital se instaura na ditadura. O debate sobre a “reforma” do ensino superior brasileiro se intensifica com o governo do Fernando Henrique Cardoso envolvendo cinco traços apontados pelo Netto (2000):

O primeiro traço é a expansão do privatismo com a inclusão da pós-graduação como ensino superior privado.

O segundo traço<sup>3</sup> é a separação das dimensões ensino, pesquisa e extensão, aplicada primeiramente nas universidades privadas de ensino superior e atingindo posteriormente as universidades federais.

O terceiro traço é a consequência imediata dessa política, que é a extinção do caráter universalista que marca a instituição.

O quarto traço é a subordinação dos objetivos universitários às demandas do capital, que passa a legitimar ou não a eficácia da universidade.

O quinto traço é a redução da autonomia financeira universitária e com isso, o fim da autonomia docente.

No governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC vemos que esse ajuste de “reforma” do Estado não contempla a educação como um todo. Essa “reforma” teve como características a expansão do privatismo, a eliminação do caráter universalista, subordinação da educação às demandas do mercado e redução da autonomia financeira.

A reformulação da educação superior foi mais que necessária diante da conjuntura da trajetória de tentativas de formular algo abrangente de acesso a todos. A expansão foi acelerada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e inserida no reordenamento do Estado brasileiro.

No governo Lula, houve aumento dos recursos públicos para as instituições federais de educação superior no período de 2004 a 2006 que efetivou a criação dos institutos federais com esse

---

<sup>3</sup> As próprias modalidades previstas na LDB, para caracterizar o ensino superior, deixam claro que nem todo ensino superior é responsável por pesquisa. A LDB remete a pesquisa, especialmente, para institutos, centros, enquanto a universidade privada se torna uma escola de 3º grau. (Netto;2000;58)

investimento pensado como um privilégio de política pública.  
(Ferreira;461;2012)

A reformulação da política de educação se efetiva a partir de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias que serão apontadas e debatidas para explicitar com abrangência, o real valor da contrarreforma da educação superior no Brasil.

A intensa reformulação, começa com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) – Lei nº 10.861/2004 que é formado pela avaliação das instituições dos cursos e do desempenho dos estudantes em torno dos eixos: ensino, pesquisa e extensão<sup>4</sup>.

O Decreto nº 5.205/2004, regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas. Porém esse decreto foi revogado pelo decreto nº 7.423, de 2010, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Nesse parágrafo vemos uma grande mudança em torno da educação onde no início do primeiro mandato do Lula (2003) uma vez que o Tribunal de Contas da União -TCU decidiu que não pode usar fundação de apoio, com o argumento de busca do desenvolvimento institucional, para obtenção de atividades de manutenção estrutural. (Consultoria Geral da União;2011;16)

Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973/2004 que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País.

Projeto de Lei nº 3.627/2004 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências.

Lei nº 11.096/2005 que institui o programa universidade para todos - prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.

Decreto presidencial nº 5.622/2005 que coloca a educação a distância como modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre, com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

---

<sup>4</sup> Formam o tripé de apoio do processo de ensino-aprendizagem das universidades brasileiras.

## **CAPÍTULO II**

### **OS INSTITUTOS FEDERAIS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Educação apropriada o que requer não apenas pleno acesso, mas educação de qualidade para todos. (Oliveira&Bergue;2012;55)

## 1. HISTÓRICO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Segundo Pacheco e Morigi (2012), os Institutos Federais foram criados no segundo mandato do governo Lula, marcado pela determinação do presidente em assegurar à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas públicas.

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações deste e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os estados e o Distrito Federal.

Os Ifes se efetivaram juridicamente através do texto da lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008, que em seu segundo artigo classifica os institutos como “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.” (Lei nº11.892;§2º)

No documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, Concepção e diretrizes- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - vemos a Educação Profissional e Tecnológica- EPT como um bem público, pensada em função da sociedade na diversidade (Cultural, econômica, geográfica e social) rompendo com os princípios da EPT de se colocar a serviço da acumulação capitalista. E sim integrando um trabalho educativo como política social.

Segundo Pacheco e Morigi (2012) os Ifes se equiparam às Universidades Federais a partir dessa lei, para efeitos de regulação, avaliação e supervisão. E se distingue das universidades clássicas criando uma nova forma entre universidade e faculdade, nomeada como instituto. O gestor máximo é um reitor, e os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica viraram campi dos Ifes e os gestores dos campi serão chamados de Diretores-Gerais, como era de costume nos Centro Federais de Educação Tecnológica - Cefets.

O Instituto de educação, e tecnologia de Brasília é recente com esse nome e proposta. Antes era chamado de Cefet, e no Distrito Federal, havia somente um em Planaltina. A partir de 2008, ganhou o porte de Instituto, o que aumentou sua verba para uma melhor estrutura, com ampliação de mais campus, mais cursos, mais professores.

O Instituto Federal de Brasília (IFB) foi criado em 2008, teve seu primeiro assistente social em 2011 e teve seu primeiro benefício aos alunos neste mesmo ano. Porém não

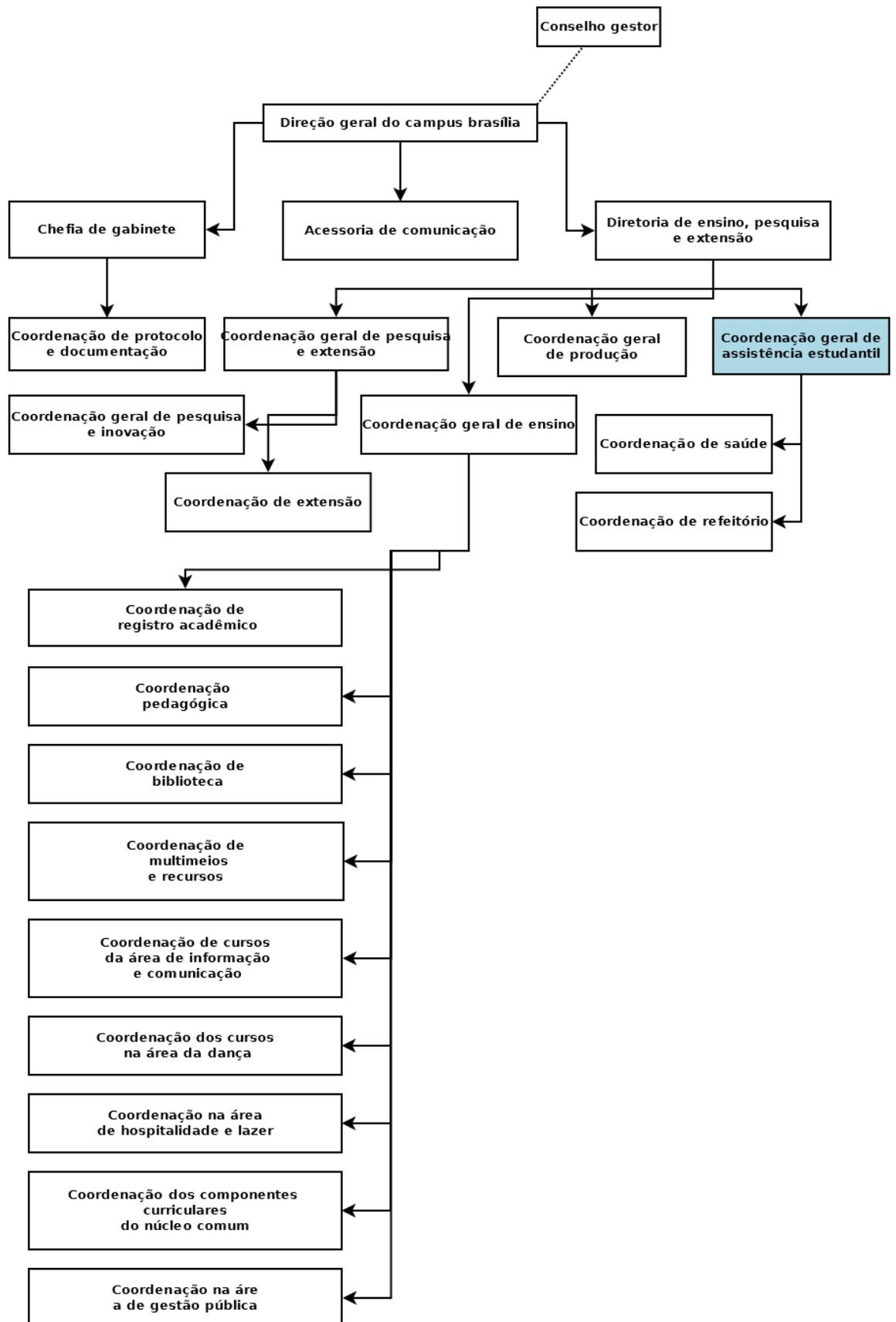
foram contratados assistentes sociais para todos os campi, então os profissionais atuavam com a demanda de todos os campi.

As demandas gerais do IFB consistem no atendimento aos alunos em geral, com atenção aos alunos considerados em situação de “vulnerabilidade social”. Esses alunos são atendidos de forma que lhes são garantidos o direito ao acesso a educação.

## 2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE BRASÍLIA

O serviço social está presente na Coordenação Geral de Assistência Estudantil-CGAE, localizada no quadro azul no organograma abaixo, que representa o modelo inicial do campus Brasília. E o mesmo modelo se repete nos outros campi, e para maior entendimento pontuo o instituto do macro pro micro para entendermos essa dinâmica.

Esse é dividido em campi, que são distribuídos em diferentes localidades do Distrito Federal, são eles: campus Brasília, campus Samambaia, campus Gama, campus Taguatinga, campus Taguatinga Centro, campus Riacho Fundo, campus Planaltina, campus estrutural, campus São Sebastião e campus Ceilândia.



O acesso aos cursos do IFB se dá através de processo seletivo de acordo com o nível do curso oferecido. Para os cursos técnicos, é feito um processo de sorteio eletrônico, onde o interessado se inscreve no *site* do IFB e é selecionado de modo aleatório. Para os cursos superiores de tecnologia ou licenciatura o ingresso se dá pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM .

A escolha dos cursos dos campi foram definidas por meio de consultas públicas, tendo como base dados socioeconômicos da região.

Art. 3º O IFB, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, gestão participativa e democrática;

II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III. Eficácia nas respostas de formação básica e profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV. Inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;

V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Cada uma das modalidades de curso ofertado pelo IFB possui propostas pedagógicas distintas e os profissionais precisam ter a noção das especificidades de cada uma para assim basear suas ações. Os campi têm suas demandas próprias, logo os cursos ofertados são pensados em relação a elas, e viabilizados de acordo com sua estrutura. O ensino médio só será ofertado, nos campi em que haja a necessidade e uma infraestrutura capaz de fornecer um bom ensino a esse público.

### 3. O CONTEXTO DE CADA CAMPUS DO IFB

Com a distribuição dos campi, o contexto social do público<sup>5</sup> varia e o profissional do serviço social trabalha com esses programas, que são elaborados pelos mesmos, em reuniões conjuntas com os profissionais de todos os campi. Muitas vezes essas reuniões

---

<sup>5</sup> Discentes matriculados ou possíveis egressos no IFB.

contemplam as propostas mais coletivas, para melhor uso do dinheiro público e deixa a desejar em peculiaridades específicas.

Os espaços escolhidos para entrevistas foram Reitoria, campus Brasília, campus Taguatinga Centro, campus Samambaia, campus Riacho Fundo. Todos os campi contam com a presença de, pelo menos, um assistente social.

Cada campus, assim como compartilham das mesmas demandas, também possuem público e demandas diferentes. Especificando as demandas dos campi, podemos analisar a área de planejamento e gestão do serviço social na reitoria e também vamos nos aprofundar na afirmação, de que as demandas para as políticas sociais, não são iguais em todos os campi e também podemos mostrar a efetividade do trabalho do assistente social no âmbito da educação em meio a essas diversidades.

O IFB oferece cursos profissionalizantes de formação básica, técnica e superior. Estas três formas de qualificação organizam-se em:

- I. Ensino Médio Integrado que é o ensino médio junto com um curso técnico, sendo:
  - a. Técnico Concomitante: Técnico no IFB ao mesmo tempo em que cursa o Ensino Médio em outra instituição.
  - b. Técnico Subsequente: Curso Técnico no IFB para quem já terminou o Ensino Médio.
  - c. Jovem Aprendiz: O aluno estuda no IFB e tem estágio remunerado em uma empresa parceira.
- II. Ensino Superior: Cursos de graduação Tecnológica e Licenciaturas.
- III. Formação Inicial Continuada (FIC): Cursos profissionalizantes de curta duração.
  - a. Proeja: Educação de Jovens e Adultos, integrando o ensino regular ao profissionalizante.
  - b. Certific: Certificação de trabalhadores que já atuam em determinada área, mas ser ter passado pelo ensino formal.

#### 4. REITORIA

A Reitoria do IFB é o órgão executivo superior responsável por super entender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades da instituição, exercida pelo reitor e, em suas faltas e impedimentos, pelo seu substituto.

Uma peculiaridade da reitoria é a presença de uma assistente social na Pró-Reitoria de Ensino (PREN) que é o órgão executivo que planeja com os campi da instituição, superintende, coordena, fomenta, executa e acompanha as atividades e as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

À PREN compete planejar, coordenar, supervisionar, executar, fiscalizar e controlar as políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, e acompanhar a implementação dessas políticas, além de avaliar o seu desenvolvimento

A reitoria provisoriamente fica localizada na Quadra 610 norte, Via L 2 Norte, Módulos D, E, F e G. Asa Norte, Brasília, Distrito Federal.

## 5. CAMPUS BRASÍLIA

O Campus Brasília do IFB foi criado em 2008, por meio da Lei 11.892. Este campus foi pensado para receber discentes da cidade de Brasília, porém o campus recebe alunos das cidades satélites e do entorno.

O embate do campus, é o fato de que os alunos das cidades satélites contam com o programa de transporte gratuito e os alunos das cidades do entorno não contam com esse benefício por ser delimitado ao Distrito Federal (DF) e o entorno ser Goiás(GO). Esse fato afeta os alunos pelo transporte caro e causa a evasão dos mesmos.

Neste campus o profissional necessita de uma política para atender a esse público. Pelo fato do problema não ocorrer nos outros campi, o Auxílio Transporte não está nem no planejamento do campus.

Dentre os alunos estão inclusos Pessoas Com Necessidades Específicas que fazem parte do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

O Instituto Federal de Brasília possui um campus no qual funciona em três turnos - matutino, vespertino e noturno - sendo que a vocação do campus foi definida através de consultas à sociedade, tendo como base dados socioeconômicos da região, e atua em quatro eixos tecnológicos: Gestão e negócios, tecnologia da informação, hospitalidade e lazer e artes na área da dança.

Localização do campus: Via L2 Norte, SGAN 610 (610 Norte), Módulo D, E, F e G.  
CEP: 70830-450 Brasília/DF

## 6. CAMPUS TAGUATINGA CENTRO

O Campus Taguatinga Centro do Instituto Federal de Brasília (IFB) iniciou suas atividades em 2011. O campus está situado em local provisório, enquanto aguarda pela entrega do campus definitivo. Tendo em seu público os discentes da graduação e o técnico, além de ser pioneiro com o programa “mulheres mil”.

O campus oferece também cursos técnico, pós-graduação Lato Sensu, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e cursos técnicos na modalidade de Educação à Distância (EAD) específicos e exclusivos para servidores do Governo do Distrito Federal (GDF). Esse Campus oferta também cursos EAD nas cidades do Recanto das Emas e no Itapoã onde mantém polos de Educação à Distância o que permite a esta unidade do IFB dobrar seu número de estudantes.

## 7. CAMPUS SAMAMBAIA

O Campus Samambaia do IFB foi criado em 2008 por meio da Lei 11.892. Esta unidade oferece formação nas áreas de Construção Civil, Meio Ambiente e Produção Moveleira. A vocação do Campus foi definida através de consultas à sociedade e tendo como base dados socioeconômicos da região.

São oferecidos cursos Técnicos, Formação Inicial e Continuada (FIC) – que são cursos profissionalizantes de curta duração - projetos de extensão, Programa Certific - para a certificação de saberes - e cursos de idiomas. O Campus conta com professores especialistas, mestres e doutores e possui, atualmente, Laboratório de Informática.

O endereço do campus definitivo é: subcentro leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01, Samambaia/ DF CEP: 72.304-300

## 8. CAMPUS RIACHO FUNDO

O Campus Riacho Fundo está localizado na Av. Cedro, AE 15, QS 16 – Riacho Fundo I. O Campus tem capacidade para atender 1.200 alunos. O projeto prevê ainda a instalação de uma cozinha experimental, auditório com capacidade para 300 pessoas e um telecentro.

A unidade oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) – cursos de qualificação de curta duração – em diversas áreas, Pronatec e Ensino a Distância (EaD), além dos cursos técnicos de Cozinha (Gastronomia) e de Transações Imobiliárias.

Após análise dos dados socioeconômicos da região e por meio de consultas públicas com a comunidade local, foi estabelecido que o Campus Riacho Fundo atuaria com cursos nas áreas de Gastronomia, Hospitalidade e Lazer.

## 9. CURSOS OFERTADOS

<b>Campus</b>	<b>Cursos</b>
Brasília	<p>Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio técnica de nível médio: Técnico em Informática</p> <p>Cursos Técnicos Subsequentes: destinados a estudantes que já concluíram o Ensino Médio (ou o antigo 2º grau). Técnico em Serviços Públicos Técnico em Informática - Desenvolvimento de Sistemas Técnico em Eventos Pro-Funcionário-EAD Alimentação Escolar Infraestrutura Escolar Multimeios Didáticos Secretaria Escolar Graduação Licenciatura em Dança Tecnologia em Gestão Pública</p> <p>Cursos de Formação Inicial e Continuada: são cursos profissionalizantes de curta duração. Formação Inicial Continuada- FIC Recepção Hoteleira Língua- Espanhol Língua - Francês Programa Certific - destinado a trabalhadores, jovens e adultos, que buscam o reconhecimento e certificação dos saberes adquiridos no trabalho, ao longo da vida, de maneira formal ou não formal.</p>
	<p>Curso Técnico Subsequente: destinado a estudantes que já concluíram o Ensino Médio (ou o antigo 2º grau) Técnico em Comércio (Plano de Curso/2015) - Grade horária Pró Funcionários – EaD</p>

<p>Taguatinga Centro</p>	<p>Técnico em Secretariado Escolar  Técnico em Multimeios Didáticos  Técnico em Alimentação Escolar  Técnico em Infraestrutura Escolar  Polo de Ensino Recanto das Emas (Rede E-tec):  Técnico em Administração  Técnico em Logística  Técnico em Meio Ambiente  Técnico em Segurança do Trabalho  Técnico em Serviços Públicos  Polo de Ensino Itapoã (Rede E-tec):  Técnico em Administração  Técnico em Logística  Técnico em Meio Ambiente  Técnico em Segurança do Trabalho  Técnico em Serviços Públicos  Cursos de Formação Inicial e Continuada:  Dança do Ventre: Empoderamento feminino pela dança  Educação pelo teatro  Gestão Comercial  Línguas – Espanhol Básico  Línguas – Espanhol Intermediário  Línguas – Inglês  Musicalização ao Violão  Tertúlia Literária Dialógica: Poesia e Corpo  Graduação:  Licenciatura em Letras (Língua Espanhola) - Projeto pedagógico do curso  Tecnologia Em Processos Gerenciais - Projeto pedagógico do curso  Pós-Graduação lato sensu:  Gestão Pública</p>
<p>Samambaia</p>	<p>Licenciatura em Educação Profissional  Técnico em Controle Ambiental - Subsequente  Técnico em Edificações - Subsequente  Técnico em Móveis - Subsequente  Proeja:  Técnico em Edificações</p>

	<p>Pro Funcionários- EAD:</p> <p>Alimentação Escolar</p> <p>Secretariado Escolar</p> <p>Infraestrutura Escolar</p> <p>Formação Inicial e Continuada:</p> <p>Espanhol</p> <p>Língua- Inglês</p> <p>Pintor</p> <p>Azulejista</p> <p>Operador de Micro Computador</p> <p>Inglês para Copa</p> <p>Espanhol para Copa</p> <p>Cadista</p> <p>Praticas de Gestão para Micro e Pequenas Empresas</p>
Riacho Fundo	<p>Licenciatura em Letras – Língua Inglesa</p> <p>Cursos Técnicos Subsequentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnico em Cozinha</li> <li>- Técnico em Panificação</li> <li>- Técnico em Administração (EAD)</li> <li>- Técnico em Logística (EAD)</li> <li>- Técnico em Meio Ambiente (EAD)</li> </ul> <p>Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliador de Imóveis</li> <li>- Inglês</li> <li>- Espanhol</li> </ul>

## 10. PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES

Os programas de assistência estudantil estão previstos nos institutos federais pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Luis Inácio Lula da Silva; PNAES; 2010)

Os programas assistenciais dentro do âmbito escolar têm por finalidade a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade social ou econômica até a conclusão do curso. Todos os estudantes, devidamente matriculados na instituição de ensino com mais de duzentas<sup>6</sup> horas/aula podem concorrer aos auxílios<sup>7</sup>:

O primeiro programa presente na política de Assistência Estudantil a ser efetivado nos campi, foi o Auxílio Permanência. Programa este que visa a distribuição de uma quantia de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para estudantes classificados como grupo 1 (em situação de vulnerabilidade social) e R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para estudantes classificados como grupo 2 (situação de moderada vulnerabilidade social). Esse recurso visa o melhor aproveitamento do aluno, levando em consideração os gastos inerentes ao período educacional, como alimentação e transporte.

Programa de Auxílio-Permanência; Esse programa faz o repasse financeiro mensal em período letivo ao discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica e econômica. O acesso ao benefício se dá através do edital que é lançado no primeiro e segundo semestre do ano, contemplando assim os novos estudantes. Após abertura do edital os estudantes entregam a documentação para comprovar per capita de até um salário mínimo e meio e para gerar uma classificação de acordo com a vulnerabilidade econômica para divisão entre os Grupo 1 (Alta vulnerabilidade econômica) e Grupo 2 (vulnerabilidade econômica) e após essa classificação é feito a assinatura do termo para início do benefício. (edital nº006, 2015)

---

<sup>6</sup> Os cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), inseridos no IFB têm no mínimo 160 horas/aula.

<sup>7</sup> Os dados a seguir se referem ao planejamento da instituição, mas nem todos os programas estão efetivos.

O IFB tem programas em execução e os programas que estão previstos. Citarei os programas em execução e depois os que estão no planejamento para um maior entendimento do mesmo<sup>8</sup>.

Em execução;

I. Programa auxílio Moradia; É um auxílio pecuniário destinado aos estudantes do IFB, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos Campi, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residente em outros estados, e cidades fora do Distrito Federal ou em zona rural ou localidades com quilometragem igual ou superior a 50 km em relação ao campus, com dificuldades de acesso aos Campi, objetivando sua permanência escolar e/ou acadêmica, que objetiva custear parte dos gastos com aluguel em regiões próximas aos Campi.

II. Programa auxílio ao integrado; O programa visa contribuir para a permanência dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, regularmente matriculados no IFB. Viabiliza por meio de auxílio financeiro o direito a alimentação saudável no horário das aulas, durante a vigência do curso, nos Campi que não possuem refeitório próprio.

III. Programa Bolsa Monitoria; Visa proporcionar aos estudantes do IFB espaço colaborativo para o desenvolvimento da aprendizagem. O Programa busca envolver o estudante com o ambiente escolar do IFB, estimulando a sua participação no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino, para que o aluno tenha uma formação acadêmica de qualidade e ainda desperte o seu interesse na docência por meio de atividades de natureza pedagógica que desenvolvam habilidades próprias desta área.

IV. Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Científico; Objetivo deste programa é o estímulo ao desenvolvimento técnico e científico dos alunos visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional mediante a participação dos discentes em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.

V. Programa auxílio criança; O Programa Auxílio Criança é destinado, exclusivamente, aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos Campi, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não tenham com quem deixar seus filhos com idade de 0 (zero) até 12 (doze) anos nos horários de aula.

VI. Programa de acompanhamento social, pedagógico e psicológico; PROASPEP - Destina-se a todos os discentes regularmente matriculados no IFB visando proporcionar ao estudante atendimento social, pedagógico e psicológico de forma a contribuir para a permanência do estudante. Constituem-se objetivos do programa promover ações de prevenção, atendimento e acolhimento aos estudantes; e contribuir para a diminuição das taxas de retenção e evasão escolar.

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis no site [www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br)

VII. Programa de Saúde e Apoio psicológico e social ao Estudante; Destina-se a todos os discentes do IFB com a finalidade de desenvolver ações para o bem-estar, voltadas à prevenção da saúde dos estudantes de forma a contribuir no seu desenvolvimento acadêmico.

Previstos e em debates;

I. Programa de Incentivo a Atividades Culturais e Lazer; O Programa de incentivo a cultura, esporte, e lazer discente é destinado a apoiar projetos de estudantes, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada (FIC), do ensino técnico integrado, concomitante e subsequente, proeja ou dos cursos de graduação e pós-graduação do IFB, tais como: Esportes convencionais, específicos e adaptados: campeonatos, jogos dentre outros.

Cultura: festivais de música, dança, show de talentos, dias temáticos (pais, mães, estudante etc), festas folclóricas, trote cultural e solidário, sarau de música e literatura etc.

Eventos: Arte-educação inclusiva, simpósios, fóruns, seminários, encontros, oficinas e semanas temáticas. Intervalos recreativos, exibição de filmes, passeios externos a museus, teatros, cinemas, exposições, feiras etc.

Os benefícios do instituto são pensados para suprir as necessidades básicas, para que o discente conclua o curso. Porém cada campus tem suas necessidades específicas. Com a análise de cada campus será apontada a necessidade da autonomia do profissional do serviço social criar outros programas e ignorar alguns que não tem efetividade nas conjunturas de cada lugar.

Para além dos benefícios citados, todos os campi contam com o auxílio emergencial, que é um recurso que os assistentes sociais gerenciam para repasse ao discente em situação de vulnerabilidade emergencial. Esse auxílio emergencial, não tem regra definida sobre os valores a serem destinados com o limite máximo de R\$400,00 (quatrocentos reais) a este, os profissionais relataram que eles remanejaram os valores que sobram dos outros programas para este, além do valor inicial destinado pela instituição. Como o nome já diz, o auxílio é usado em casos emergenciais, ele não contempla os discentes que perderam prazos de editais e sim aqueles que tiveram sua situação econômica alterada por outros meios e que resulte no caráter emergencial. O acesso a este benefício, pode se dar a qualquer momento por solicitação do próprio discente e sua análise é feita pelo assistente social através do parecer social. A prioridade do profissional é a de manter esse discente em suas atividades escolares.

## **CAPÍTULO III**

### **O TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA**

Pelo fato de as ações dos Assistentes Sociais estarem calcadas, basicamente, no uso da linguagem, a visibilidade da intervenção realizada só é obtida quando ocorre o registro eficiente da ação. (Mioto & Lima, 2009, P.37).

Para analisar o trabalho do assistente social no IFB, foi realizada pesquisa qualitativa, com base nas entrevistas e análise documental. Segundo Demo (1995), a pesquisa tem faces qualitativas, sendo que o primeiro grande desafio é definir qualidade da pesquisa para que não seja apenas “não quantidade” e o segundo problema é definir o método qualitativo para que não seja “não lógico-experimental”.

Para o autor, a pesquisa qualitativa requer algumas precisões. A primeira é sua etimologia que vem do latim “qualitas”, que significa essência; a segunda se concentra na perfectibilidade das coisas e na participação; a terceira afirma que a qualidade aponta para uma dimensão da intensidade; a quarta enfatiza a politicidade da vida e também da natureza, já que o oposto da cidadania é a pobreza política; e a quinta precisão ressalta a dialética da qualidade, na qual o autor retrata o lado social da realidade.

Esta pesquisa é caracterizada por perguntas abertas, rejeitando-se toda resposta fechada e buscando o aprofundamento por análise. A pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência e comunicação. O foco dessa análise é chegar às ações profissionais e aos processos interventivos no serviço social dentro do Instituto Federal de Brasília - IFB.

O conhecimento/investigação no IFB, se concretiza em pesquisas para o conhecimento da conjuntura, com base em atitude investigativa para compreender as particularidades do real e atender as necessidades dos sujeitos.

A documentação não pode ser negligenciada na ação profissional, pois ela é essencial, tanto para o processo de conhecimento/investigação da realidade, como para a sua sistematização e seu planejamento. Para esta pesquisa, inicialmente, foram selecionados quatro campi, mais reitoria para a realização das entrevistas.

Sabendo-se que a política de assistência estudantil é válida para todos os campi e que as demandas apresentadas ao serviço social se configuram de acordo com a conjuntura e localização dos campi, baseamos a nossa escolha em quatro campi que possuem diferenciais na aplicação desta mesma política.

As análises das entrevistas propõe a lógica de mostrar o posicionamento dos profissionais do serviço social que atuam na assistência estudantil.

## 1. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE BRASÍLIA

O serviço social dentro dos institutos é regido pela PNAES (2008) como garantidora dos direitos sociais no âmbito da educação. Partindo desse ponto, a pesquisa qualitativa se

mostrou mais adequada para fazer uma análise da política de educação no Brasil e a constituição dos IFes, bem como, estudar a assistência estudantil vinculada à política de educação e o trabalho dos assistentes sociais.

Uma das atuações profissionais do Assistente Social dentro do Instituto Federal de Brasília é trabalhar na perspectiva de diminuição da evasão escolar, garantindo o bom desenvolvimento do estudante neste âmbito e sua permanência no Instituto. Para isso, é disponibilizada uma quantia monetária destinada aos estudantes de baixa renda, proporcionando-lhes auxílios para subsidiar em suas necessidades básicas, como alimentação.

São realizados para além do repasse financeiro, mecanismos de pesquisa que possibilitam a verificação dos dados sobre a evasão escolar. Isso ocorre não somente com os estudantes que participam da assistência estudantil, mas também com todos os estudantes matriculados em seus campus. Este panorama da evasão escolar, pode ser vislumbrado via conselhos de turma, que são reuniões regurales protagonizadas por coordenadores de curso e professores. Bem como, contato com o estudante para saber o motivador do não comparecimento as aulas e por último, a consulta aos próprios registros dos diários dos professores.

Os usuários do serviço social na instituição são estudantes com idades que variam de quinze a sessenta e cinco anos, de ambos os sexos.

Dentre os usuários que procuram a Assistência Estudantil estão estudantes que necessitam do programa para o custeio de transporte e alimentação.

Existe também os professores que podem realizar encaminhamento de estudantes que estão com rendimento prejudicado devido as questões de aprendizagem, psicológicas e sociais. Outra demanda verificada é a demanda espontânea. Esta nada mais é do que o próprio estudante procurando informações sobre os programas.

Os objetivos propostos no IFB para a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social são pensados tanto individualmente quanto em grupo, depois de estabelecidas metas um estudo é realizado para verificar sua efetiva implementação.

A aproximação com a realidade do beneficiado é feita através de reuniões e palestras com debates, combinadas a outros elementos, como a visita domiciliar.

O estudo realizado a partir da observação e da descrição do exercício profissional de assistentes sociais de diferentes espaços sócio-ocupacionais, da produção intelectual da área de Serviço Social e da própria Lei de Regulamentação da profissão, permite compreender as ações profissionais de forma articulada em eixos ou processos interventivos na medida em que se diferenciam ou se aproximam entre si. Para tanto, considera-se a existência de três eixos ou de três processos, a saber: processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e processos sócio-assistenciais. (Miotto&Lima, 2009, p. 39)

A finalidade é construir um processo emancipatório como as autoras nos colocam, esse processo, oportuniza aos indivíduos perceberem-se como sujeitos em sociedade, capazes de questionarem sobre a ordem social estabelecida e de reivindicar direitos.

O objetivo dessas formulações é sinalizar direitos, de tal forma que o aluno se faça um cidadão, o que nos lembra o princípio ético-político do projeto profissional do exercício do serviço social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física e reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Adentrando nas competências e atribuições do serviço social, serão apresentados argumentos sobre a atuação profissional na educação com base na lei 8.662, que regulamenta a profissão no Brasil. Nesta, o artigo 4º define as competências do Assistente Social e o artigo define 5º as atribuições privativas, conforme discutido a seguir.

O artigo 4º diz que é competência elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

Logo em seu primeiro inciso, percebemos que o local da atuação do serviço social se aplica aos institutos federais, uma vez que os mesmos são órgãos da administração pública direta e indireta como coloca o inciso VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias.

No segundo inciso são pautadas que é competência do serviço social elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil. Dentre esses vamos destacar elaborar, coordenar, executar e avaliar, que são basicamente o exercício do profissional dentro das redes de ensino.

Em seu terceiro inciso vemos que o profissional deve prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população, mais a frente vamos ver que a orientação é um eixo significativo no âmbito da educação onde o público alvo demanda desta cláusula.

Também faz parte das atribuições do assistente social informar o indivíduo que deseja receber o benefício, de forma que este, depois de informado, saiba exatamente aonde deve ir ou quem deve recorrer para assegurar o seu direito à cidadania. Ou seja, também faz parte das atribuições do assistente social esclarecer ao indivíduo, bem como analisar e planejar a situação do beneficiado como previsto no inciso VI, que estabelece que planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais são competências do

profissional. Mais à frente, como poderemos perceber, temos uma simplificação do que já é proposto entre os incisos I e IV, e o inciso V complementa que é competência a orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Para efetividade da ação do serviço social, são adotados métodos de pesquisas para conhecer a conjuntura e condições de vida e trabalho do usuário, e o inciso VII demonstra que planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais constitui competência do mesmo.

Os movimentos sociais são contemplados pelo inciso IX que coloca que: prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

No inciso XI está a competência mais vista nas instituições que trabalham com programas de distribuição de renda, que é realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Já no artigo 5º é dada ênfase nas atribuições privativas que só podem ser realizadas pelo profissional assistente social, as quais muito nos interessam, pois ressaltam a importância do assistente social num contexto onde ninguém mais, além dele, poderia exercer tal atividade.

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós- graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

A Assistência Social está prevista na Constituição Federal de 1988 (CF) como dever do Estado e direito do cidadão. A lógica da filantropia passa a ser superada dentro da CF, o que coloca os benefícios assistenciais como direito do cidadão não contribuinte. Ressaltamos esta determinação constitucional para explicar a assistência social presente na educação, que é regida pela lei nº8.742 que é a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta lei define a assistência social como não contributiva destinada a garantir os mínimos sociais com os objetivos voltados para proteção social. Dentre estes, vamos destacar três eixos que são compatíveis e aplicados à educação, como:

1. A “promoção da integração ao mercado de trabalho”, pois o acesso ao ensino direciona o estudante para este fim.
2. Receber um aluno com necessidades especiais contempla o objetivo que diz que “A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” da proteção social.
3. “Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica”. Ao debatermos os critérios de acesso aos serviços da assistência social, nos deparamos com o artigo quarto que deixa claro que são as necessidades sociais que determinam a lógica da política da assistência, e não a questão econômica.

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I-supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; (LEI ORGANICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1993)

No segundo inciso, é apontada que é dever da assistência social tornar o seu destinatário alcançável por todas as políticas sociais públicas. A assistência social é uma

política garantidora de direitos, e não uma política de substituição de outras políticas. A assistência social garante o acesso ao direito social que se realiza por meio das diversas políticas setoriais.

## 2. PERFIL DE TRABALHO

Todos os assistentes sociais que atuam nos Ifes são concursados. O perfil desses profissionais se remete a capacidade teórica e metodológica para compreender a realidade social, a condição dos discentes e as situações derivadas, como a exclusão do acesso aos direitos, pobreza, conflito familiar, violência doméstica, entre outras. E, ainda, dominar as habilidades e competências para atuar nas expressões da questão social no âmbito escolar, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento. A intervenção profissional deve se orientar pelo Projeto Ético Profissional, na perspectiva de promover o acesso aos direitos de cidadania e a inserção do discente em programas que assegurem sua permanência na instituição para posteriormente se inserir no mercado de trabalho.

## 3. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REITORIA

Como citado anteriormente, a organização dos Ifes é constituída com reitoria e 10 (dez) campi. Cada campus conta com a presença de pelo menos 1 (um) assistente social e a reitoria conta com 1 (um) assistente social que tem seu trabalho diferenciado dos demais.

A assistente social da reitoria está atuando na área desde 2011. Ela começou na pró reitoria de ensino e após a reorganização do organograma do Instituto, foi criada a Coordenação Geral de Assistência Estudantil - CGAE, que é a coordenação atual da profissional.

O trabalho do serviço social na reitoria é o de gestão e de análise política voltada para abranger todos os campi. A profissional não tem contato com os discentes diferentemente do trabalho dos assistentes sociais lotados nos campi que é o de atuar e efetivar essa política diretamente com os alunos.

Meu papel é macro, de gestão, de organização dessa política, de organização das ações da política, das pessoas, das coordenações em si de trabalho. Então é um lado de gestão mesmo. (Assistente social 1)

A finalidade da presença do assistente social na reitoria são de garantir os direitos dos alunos, mesmo sem ter contato com estes. A profissional toma conhecimento das demandas dos alunos por meio dos outros profissionais que as expõe. Essa profissional lida

com toda a parte burocrática e gerencial da instituição e até mesmo com a representação da categoria.

A gente trabalha numa mesma política, a mesma vertente, só que tem a parte burocrática, a parte de gestão dessa política e tem a parte operacional dessa política. Que é onde as assistentes sociais dos campi entram, que é a parte operacional. (Assistente social 1)

Para exemplificar a diferença entre o trabalho da assistente social da reitoria e o trabalho dos profissionais do serviço social nos campi, vamos citar a evasão, que é uma questão que vem sendo trabalhada no IFB. Com essa temática o trabalho da assistente social da reitoria é a de planejar uma política que seja efetiva para minimizar a questão da evasão. Então, é realizado um planejamento junto com todos os profissionais dos campi e a parte de gestão e documentação é preparada pela profissional da reitoria e ou outros atuam na parte operacional.

A profissional relata que as assistentes sociais são a equipe mais fortalecida da coordenação, pois foram as precursoras da política dentro do Instituto. Esse grupo obteve várias conquistas, como a garantia de uma sala pra atendimento, espaço profissional, conquista de uma equipe mínima aprovada em lei.

Esse grupo lutou, esse grupo buscou, nunca fiz nada sozinha e também não consegui nada sozinha... Essa correlação de forças sempre foi junto... A gente entende até pela profissão e também pelo grupo que a gente se fortalece mais quando a gente atua junto. (Assistente social 1)

Por não ter atendimento ao público, a profissional divide seu espaço com profissionais de outras áreas. A profissional pontua que o espaço físico separado não se aplica a situação dela, pois ela está na parte de gestão e burocracia.

O IFB proporciona a essa profissional todos os recursos necessários para seu trabalho. Ela pontua o respeito adquirido pela profissão e os avanços conquistados nesse espaço.

Nós somos uma profissão respeitada do instituto, embora ainda precise de muitas coisas. Não é assim, o ideal que a gente quer, mas dentro de todas as experiências que eu já tive com colegas de outros institutos. A gente conseguiu o respeito profissional dentro da instituição. Até pelas lutas que a gente já teve e da demonstração do que é o nosso trabalho. (Assistente social 1)

As dificuldades enfrentadas pela profissional se pauta no alcance dos objetivos propostos. Nessa área de gestão há uma pressão para o cumprimento dos prazos dos assistentes sociais e prevalece o tempo da instituição e ao mesmo tempo a parte burocrática e os acontecimentos imprevistos externos fazem com que esses prazos não se

efetivem nos limites impostos. Outra dificuldade é a quantidade de trabalho que é muita, a profissional tem que escolher quais demandas vai atender primeiro.

Os avanços destacados no trabalho do serviço social foram muitos. A conquista de pelo menos um assistente social em todos os campi foi um desses avanços. Os campi são conscientizados de que são necessários mais profissionais para atender as demandas e lidam com fatores adversos como a falta de concurso público, esgotamento da lista de espera do concurso anterior e falta do código de vaga para assistente social.

Planaltina temos duas colegas assistentes sociais, no gama temos duas assistentes sociais, tem Ceilândia com duas assistentes sociais. Só não tem mais hoje porque a gente tem algumas questões burocráticas de gestão, que não tem concurso, não tem mais a fila, ou não tem mais o código... Mas os campi entendem que precisam de mais de um profissional. (Assistente Social 1)

Outro avanço, é a conquista da equipe multidisciplinar aprovada dentro de uma legislação. Esta equipe mínima é obrigatoriamente composta por 1 (um) assistente social, 1 (um) psicólogo, 3 (três) assistentes de alunos e 1 (um) pedagogo ou 1 (um) técnico em assuntos educacionais (nível superior). E a efetivação dessa equipe em todos os campi está em eminência.

A gente conseguiu aprovar, quando eu falo a gente, eu falo da assistência estudantil, dos assistentes sociais, direção de ensino, enfim, um grupo mesmo. Conseguimos conquistar uma equipe multidisciplinar aprovada e regulamentada dentro de uma política, que é a resolução 14 de 2014. (Assistente Social 1)

Outra conquista é a aprovação de normas e políticas constantes. A primeira foi aprovada em 2011, em 2014 houve a avaliação dessa norma e em 2016 está prevista outra avaliação.

Essa constante avaliação é uma conquista, pois a gente vê quais são as nossas falhas, quais são os nossos erros, o que está dando certo, o que a gente está conseguindo fazer e já tenta aprovar uma política melhor para sempre melhorar. (Assistente Social 1)

A distribuição dos recursos é realizada pela assistente social da reitoria, que se utiliza dos critérios da política de assistência estudantil para fazer a distribuição igualitária de acordo com as demandas de cada campus. Nessa política é previsto um estudo de perfil de renda dos alunos com mais de 200 (duzentas) horas e o local de moradia. Com essa pesquisa, juntamente com a quantidade de discentes de cada campus é feito o repasse financeiro mais justo entre os campi.

Esse estudo possibilitou mostrar a realidade econômica dos discentes de cada campus, desassociando da localização geográfica que não retrata a vulnerabilidade do aluno.

A gente achava que o campus Brasília era rico, e na verdade não é. Tem alunos de diversos lugares com renda baixa, inclusive do entorno... Através desse estudo direcionado a renda e ao local de moradia, a gente conseguiu equiparar melhor o repasse financeiro pros campi. (Assistente Social 1)

Um argumento rico dessa profissional, foi o de apontar que não é só o dinheiro que garante a permanência dos discentes no IFB.

A maior preocupação dos profissionais para com os alunos é o de garantir a permanência, mas achar que a permanência acaba com o repasse financeiro, é um erro. Pois existem outros fatores que contribuem para a evasão, como a profissional pontua:

As questões de evasão extrapolam a assistência estudantil, extrapolam o auxílio permanência, criança, moradia e etc. Temos percebido que não é isso que garante a permanência do estudante aqui, ajuda os que tem a vulnerabilidade econômica, apenas. (Assistente social 1)

É importante ressaltar que o público do IFB não possui padrão específico, então, dentre estes se encontram pessoas que procuram se profissionalizar para encontrar um emprego ou entram nesse processo de profissionalização até encontrar um emprego. Esse público que conta com essa prioridade diferenciada, não é atingido pela assistência estudantil. Pois quando ocorre a escolha entre os estudos e trabalho, os mesmos escolhem o trabalho por haver choques de horários.

Temos alunos que entram por ser um curso gratuito enquanto ele está desempregado, mas no meio do semestre ou nos primeiros meses de curso, ele arruma um emprego... Então entre ele trabalhar e continuar estudando, é uma concorrência injusta. (Assistente social 1)

Outra observação da profissional é a relação professor/aluno. Como o modo de ingresso dos cursos técnicos é realizado através de sorteio eletrônico, os discentes são os mais variados possíveis. Esse sistema seletivo do IFB contempla tanto o aluno que saiu do ensino médio, quanto aquele aluno que está parado a muitos anos, não existe um aluno padrão.

Muitos professores não concordam com o sorteio, eles acreditam que deveria ser por desempenho, são totalmente contra a política educacional e contra esse público que ficou afastado da escola... Mas temos um público diverso, onde em sala de aula tem aluno de 18 (dezoito) anos até aluno de 50 (cinquenta) anos. Não podemos cobrar do professor que foi ensinado a ensinar aluno padrão mas isso exige uma política institucional. (Assistente Social 1)

O resultado desse embate em sala de aula é a exclusão daquele aluno que não consegue acompanhar a matéria, ou até mesmo, daquele que consegue acompanhar mas não concorda com o desempenho do professor para que toda a turma possa evoluir didaticamente igual. Levando-se em consideração que cada aluno parte de um ponto diferente de aprendizado.

Esses fatos citados mostram que existem outras situações que se efetivam na evasão e não são corrigidos com um repasse financeiro.

O aluno em vulnerabilidade, não está vulnerável só na parte econômica, mas está vulnerável em diversas situações, está vulnerável educacionalmente. Como é que ele vai concorrer em sala de aula com aquele aluno de 18 (dezoito) anos que acabou de sair do ensino médio e ele tendo 40 (quarenta) que mal sabe matemática e português, a relação já é desigual em sala de aula, a auto estima dele já não está legal, não acompanha a matéria, se sente excluído e aquele auxílio vira só uma parte do processo, ou o professor trata mal mesmo para que o aluno que não é padrão saia fora, então a pessoa já tem dificuldade a vida toda e sofre essa agressão absurda e o auxílio permanência não vai fazer diferença. (Assistente social 1)

A equipe multidisciplinar vem para contemplar essas demandas que existem. Não é só o assistente social que é o habilitado para atender as demandas para contemplar a permanência dos discentes. Existe a necessidade da presença de outros profissionais para atender a essas demandas que estão presentes em sala de aula.

Um fato relevante citado pela profissional foi a do pouco contato com a temática de educação dentro da graduação em serviço social e a falta de especializações com essa temática específica. O espaço é novo e os profissionais da área da educação devem acompanhar o crescimento teórico da temática.

Eu não aprendi isso em sala de aula e nem na faculdade, não tive aula de política educacional aplicada ao serviço social. Nossas políticas dentro do curso são outras, criança e adolescente, idoso, deficiente... e a educação ficou pra trás. (Assistente Social 1)

A permanência do discente não se resume a assistência social, se resume ao serviço social dentro de uma instituição de educação, com enfoque na política de educação. E com esse princípio, o serviço social luta pela abrangência de garantir um serviço social de qualidade aos usuários.

Silva (2012), pontua que não podemos reduzir a atuação do serviço social à instituição de uma política de assistência estudantil, essa é uma das dimensões apenas. O outro ponto, é que a inserção do serviço social na educação, não é uma demanda da categoria para garantir mais espaços profissionais, é a luta da categoria por se inscrever a educação no campo das políticas sociais.

Os alunos não precisam de uma assistência social, mas uma atenção do serviço social na educação, vendo todos os seus aspectos, características e necessidades que podem não ser de vulnerabilidade econômica. Cabe a gente ter o cuidado e o olhar de perceber isso. (Assistente social 1)

#### 4. ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS CAMPUS

Mesmo com todo trabalho de gestão da Assistente Social na reitoria, essa é uma das partes mais interessantes desta pesquisa, por mostrar as diferentes peculiaridades trazidas pela regionalidade da localização de cada campus. Essa análise qualitativa possibilitou compreender que cada região tem sua demanda diversificada, gerando questões não vivenciada por outros campi.

Como esta pesquisa abrangeu apenas quatro campi para demonstrar as diferentes peculiaridades, não vamos restringir o problema enfrentado pelos campi a apenas um, pois existe a possibilidade desta ocorrer em outros. Mas vamos demonstrar que entre os campus escolhidos, as demandas são diferenciadas.

O IFB a princípio, organiza sua política para atender o maior número de demandas dos campi. Com esta lógica, existem demandas que não são atendidas pelos programas definidos na Coordenação de Assistência Estudantil – CDAE, porém o assistente social conta com o auxílio emergencial destinado para emergências.

Outro fator apontado como uma forte demanda que ainda não está prevista como política é o auxílio transporte. O governo do DF assegura a todos os estudantes residentes no DF acesso ao cartão estudantil, que fornece transporte aos mesmos. Os que residem no entorno não têm acesso a esse cartão estudantil e o transporte interestaduais são mais caro. Muito desses estudantes são de baixa renda e o auxílio permanência não consegue custear o valor total dessas passagens e outras despesas.

Pelo fato do campus ficar no centro de Brasília, vários estudantes do entorno vem estudar aqui. A demanda pelo auxílio transporte é muito grande, todo dia tem aluno pedindo auxílio emergencial, tem aluno que o valor da passagem de ida é R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos) e a evasão entre os alunos do entorno tem se tornado cada dia mais frequente. (Assistente social 2)

Eu coloco os alunos do entorno nos programas, não posso sair dos programas porque o que me resguarda perante a lei são esses programas, se eu saio muito eu posso ser questionado isso pode causar problemas com ouvidoria e etc. (Assistente Social 4)

Para atender essa demanda, o profissional já disponibilizou o auxílio emergencial para atender os alunos que residem no entorno, mas o recurso financeiro não é suficiente para atender as demandas emergenciais e as de transporte dos alunos em vulnerabilidade econômica.

As únicas demandas em comum em todos os campi foram o auxílio permanência, que faz o repasse financeiro ao discente em vulnerabilidade econômica com per capita de até um salário mínimo e meio. Esse valor pode ser utilizado em várias situações, como por exemplo, complementar a alimentação e comprar materiais didáticos. Pela sua abrangência e diversidade, esse benefício se aplica a todos os campi.

Os editais para concorrer ao auxílio permanência são os mais procurados por ser o mais abrangente, os alunos sempre estão muito interessados em saber dos programas e quais são os requisitos para a participação. (Assistente social 2)

O auxílio permanência configura a ajuda da permanência do aluno em vulnerabilidade econômica, mas não abrange a permanência efetiva de todos os alunos pelo baixo valor do benefício. O valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) pagos ao grupo 1 (alta vulnerabilidade econômica) pode cobrir a passagem de um estudante do entorno com a passagem de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), que totaliza R\$208,00 (duzentos e oito reais). E esse mesmo estudante não terá como adquirir o material didático e muito menos se alimentar com esse valor.

Muitos alunos reclamam do valor do auxílio, mas a escolha desses valores foram feitas por eles mesmos na consulta aos estudantes. Repassamos pra eles o valor disponibilizado pela assistência estudantil, mostrando que com o aumento do valor, concomitantemente há a diminuição do número de alunos a serem contemplados, então eles escolheram o menor valor para abranger uma maior quantidade de pessoas. Mas mesmo com essa consciência as reclamações são constantes. (Assistente social 2)

Outra demanda comum tanto dos discentes, quanto dos docentes é ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Científico, que dá ao aluno a oportunidade de participar de eventos científicos de sua área.

Os professores se reúnem junto aos alunos todos os semestres para selecionar os eventos científicos que querem participar, como esse benefício pode ser solicitado tanto pelos professores, quanto pelos alunos a demanda é tão grande que temos que colocar editais para contemplar todos e também para dar transparência ao processo. (Assistente social 2)

A solicitação a esse programa é destinado aos docentes e discentes, o valor disponível para este programa é dividido em dois. Os professores podem solicitar o

programa a qualquer momento, respeitando o limite orçamentário disponível na metade dele e a metade que os alunos podem solicitar, são solicitados via edital, respeitando as regras de prioridade.

O programa auxílio integrado, só é efetivo nos campi que têm o ensino médio integrado ao técnico: Brasília, Gama, Planaltina, Samambaia, São Sebastião e Taguatinga, ou seja, dos dez campi, apenas seis tem o médio integrado. Sua demanda é forte, mas sua aplicabilidade não é para todos.

O auxílio ao integrado é obrigatório pela modalidade de ensino integrado, que é essa modalidade em que o estudante fica na instituição por mais de um turno. Este auxílio é para subsidiar na alimentação desse aluno, já que o instituto não fornece o alimento.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (LEI Nº 11.741)

Com a inclusão do médio integrado, a verba destinada a assistência estudantil diminuiu. Não diminuiu no valor, mas sim na abrangência. A quantidade de bolsas dos auxílios vinham aumentando a todo ano e com o médio integrado as quantidades de bolsas se mantiveram ou mesmo diminuíram em alguns campi. Mas uma realidade é que o auxílio ao médio integrado é obrigatório para todos os estudantes e com o crescimento das turmas, indiretamente o valor destinado aos outros programas serão diminuídos.

O ensino médio integrado aqui no campus começou nesse ano, abriu uma turma com 30 (trinta) alunos. Pro ano que vem, está planejada a abertura de mais três turmas, com mais 105 (cento e cinco) alunos. Não sei como vai ser pra distribuição dos valores, pois como o auxílio destinado ao médio integrado é obrigatório para todos os alunos, se a verba não aumentar vai ser tirado dos outros auxílios que são via edital. (Assistente Social 2)

O programa de moradia tem sua demanda esporádica em alguns campi e com maior frequência em outros. Por esse motivo o programa é de critério facultativo da

assistência estudantil sobre a sua implementação ou não. Com isso a equipe mínima avaliou os fatores de condição de implementação desse programa.

Para adentrar entre os fatores de escolha de implementação ou não do programa moradia, entrevistamos dois profissionais que se posicionaram de maneira diferente, mas os dois pontos de vista são válidos para demonstrar as dificuldades de implementação.

Eu decidi não implementar o programa moradia... O IFB não paga os auxílios nas datas certas, muitas vezes os pagamentos atrasam e mexer com o lar de um estudante é uma coisa muito séria, é o lar de uma pessoa, eu não vou me comprometer a aplicar esse programa pra depois a instituição não pagar o benefício na data correta e esse estudante se prejudicar por irresponsabilidade da instituição. Se tudo fosse pago certinho, nas datas certas eu já teria aderido. Tenho que pensar na permanência do estudante no programa de forma efetiva, com qualidade e segurança. (Assistente Social 2)

Aqui nunca teve pedido pro moradia, os alunos geralmente são da redondeza. Eu acredito que futuramente sim... Pois o campus está virando referência e terá pessoas de outros estados querendo vir pra cá. Mas até agora não, então não tenho motivos ainda para abrir o auxílio moradia. (Assistente Social 5)

Mostramos o programa moradia pros alunos e deixamos eles optarem se querem ou não esse programa no campus... Pela equipe e o campus, nem teria, mas por causa deles a gente incluiu, eles votaram e optaram por incluir o programa. Semestre passado abrimos uma vaga pro moradia já sabendo que tinha um aluno que se encaixava... Os atrasos acontecem, mas ele já é bem ciente disso, entendeu, e meio que ele se vira até o pagamento sair, mas são pagos né, os atrasos acontecem normal como nos outros programas. (Assistente Social 4)

O único campus que conta com os dormitórios internos é o de Planaltina. Demanda que foi motivada pelo difícil acesso, pelo fato do campus se localizar dentro de uma fazenda. Além da moradia o campus Planaltina também conta com o refeitório.

Outra demanda, que foi recentemente aprovada e aplicada, no sentido de ser muito solicitada pelos discentes e além de estar muito presente no trabalho da equipe do campus é o auxílio criança, que é um auxílio no valor de R\$300,00 (trezentos reais). Esse programa tem por objetivo custear parte dos gastos com creche e/ou cuidador de forma a minimizar as desigualdades sociais vivenciadas pelos estudantes pais/mães ou responsáveis legais por crianças, com idade de 0 (zero) a 12 (doze) anos incompletos, que apresentem situação de vulnerabilidade social e não tenham com quem deixar seus filhos nos horários de aula, de forma a contribuir com a segurança e bem-estar das crianças, assim como a permanência dos seus pais ou responsáveis na instituição visando a conclusão dos estudos.

Tem dias que parece que tem mais crianças do que alunos, as salas de aula estão cheias de crianças e as mães não tem com quem deixar, o auxílio

criança é essencial pra essas mães terem um lugar pra deixar os filhos, ou até mesmo poder pagar alguém pra cuidar deles. (Assistente social 1)

A peculiaridade das demandas desses campi com a demanda do auxílio criança, são de estudantes que também trabalham. O público em geral, é mais velho, composto de mães e pais, conforme informado pelo profissional.

Cada campus tem seu perfil de atendimento e região administrativa de abrangência. No caso do Campus Taguatinga Centro, os estudantes atendidos têm o perfil de trabalhadores, mães e pais que trabalham o dia todo e estudam à noite. Em geral, trabalham na área do comércio, área de destaque de gestão e negócios, destaque dos cursos do Campus. (Assistente social 3)

Também existem campus que não presenciaram a demanda do auxílio criança, fator que nos mostra que o perfil da região administrativa muito influencia nas demandas atendidas pelo serviço social.

Nunca teve demanda para o auxílio criança, na época eu era coordenadora e não achei necessário implantar, quando teve o debate do auxílio criança, porque nunca teve demanda para. (Assistente Social 5)

Os recursos necessários para a realização desse trabalho são fornecidos, mas são de acordo com a situação que a instituição se encontra. Esses recursos são possíveis, mas a adaptação de alguns campi que estão em espaços provisórios são fatores geradores de falta de espaço. Com a aprovação da equipe mínima recente, o IFB passará por reformulações para a efetivação desta.

Ter a equipe mínima aprovada já é uma vitória, o campus está estudando a possibilidade de abrir um novo concurso para compor essa equipe em todos os campi. Porém há campus que estão com as equipes quase completa, faltando um ou dois profissionais. (Assistente Social 01)

Atualmente, só tem um campus com a equipe mínima completa e com a entrevista podemos verificar como o trabalho do assistente social se destacou dos outros com a presença dessa equipe completa. Os objetivos propostos com a equipe mínima são atendidos.

Fomos o primeiro campus a ter a equipe mínima completa, temos 4 (quatro) assistentes de alunos, assistente social, psicóloga e pedagoga... Temos essa equipe desde o final de 2013... E como temos a equipe mínima, a gente separa muito bem o que é da pedagogia, o que é da psicologia e o que é do serviço social, acho que isso antes meio que se misturava. (Assistente Social 5)

Nesse campus com a equipe mínima completa, o assistente social realiza cada vez mais as atribuições privativas do serviço social. Um parâmetro diferenciador desse campus, que não existe ainda nos outros é a visita domiciliar como requisito para a concessão do auxílio emergencial, além dos alunos terem todo o acompanhamento da psicologia e a pedagogia.

O diferencial desse profissional é que ele busca em suas visitas, analisar os contextos vivenciados para fazer os devidos encaminhamentos. O profissional se demonstrou muito esclarecido quanto a todos os programas sociais oferecidos fora da instituição e com os devidos encaminhamentos passa a garantir não apenas seus direitos no âmbito da educação, mas também daquela família, garantindo assim seus direitos sociais.

Semestre passado fiz 10 (dez) visitas domiciliares. Quando você entra na casa do estudante, você nota que seu trabalho não acaba dentro da instituição de ensino com os auxílios. Nas visitas que realizei, fiz encaminhamentos para membros da família do estudante, sabendo que o retorno final dessa ação é a permanência do estudante. (Assistente Social 5)

A fala dos profissionais que não contam com a equipe mínima, mostra a dificuldade de sair da assistência social para realização do serviço social com qualidade.

Eu queria fazer visita domiciliar, mas eu não consigo, executar os auxílios já implantados demandam muito de todos. Nesse campus não temos psicóloga e uma das assistente de alunos está saindo, sem contar que só vão sobrar na equipe a assistente social, a pedagoga e uma assistente de aluno e isso faz com que o trabalho seja muito pra todo mundo... Quando a equipe estiver completa, vamos colocar em prática todos os nossos propósitos dentro da instituição. (Assistente Social 2)

Falta servidor, falta mais um assistente social, pra ter uma qualidade melhor no atendimento, para que seja integral pra atender os três turnos, com um só não dá pra fazer isso, temos dois assistentes de alunos, um psicólogo e um assistente social. (Assistente Social 4)

A dificuldade citada por metade dos entrevistados foi a do espaço físico, alguns profissionais ainda atuam em espaço provisório, mas outros mesmo estando em espaço definitivo, a estrutura do campus não assegura ao assistente social a sala de atendimento. Os campi não contam com a mesma estrutura física e isso faz com que em alguns campi tenham a sala de atendimento para o serviço social e em outros os profissionais são obrigados a dividir sala com os profissionais da psicologia.

Como estamos em campus provisório, tenho uma mesa de computador e gaveta na DREP compartilhada com a psicologia e uma sala de atendimento demasiadamente pequena e sem janelas que também é compartilhada com a psicologia e o NAPNE. (Assistente Social 03)

Estamos em espaço definitivo e estamos tendo muitas questões de divergência já. Com uma sala só, a psicologia usa muito e fica com a sala fechada e eu não tenho autonomia pra entrar na sala na hora que eu quero, a psicologia tem atendimento e demora e eu também prendo ela. Mesmo com a gente tentando marcar ainda cruza e tem atendimentos que são emergenciais... Os novos modelos de campi são condensados, aqui nos é oferecido essa sala pra dividir, no campus provisório não tinha nem a sala do sigilo, então melhorou, apesar que essa sala não tem isolamento acústico. (Assistente Social 5)

A gente divide a sala de atendimento com a psicóloga, a sala física só do assistente social não tem... A possibilidade de ter uma sala até tem, mas envolve toda uma questão de brigar e eu também não tenho muito problema, segundo a nossa lei tem que ter uma sala de atendimento e registro trancado dos documentos, então não tem problema nenhum dividir essa sala com psicólogo... Não vejo como um problema. (Assistente Social 4)

Outro fator gerador de dificuldade no trabalho do assistente social é o atraso do pagamento dos auxílios, todos os profissionais relataram que fazem as solicitações de pagamentos nas datas certas, mas sempre passam por problemas de atraso desse pagamento mesmo que já tenha sido realizado o empenho. Isso dificulta tanto o trabalho do assistente social que trabalha para a garantia de permanência do estudante e dificulta a vida acadêmica daqueles alunos que tem a necessidade econômica.

Estamos soltando um edital que o nome é auxílio permanência, tentando fazer a promoção a permanência e não estamos conseguindo porque o dinheiro não vem. Então você solta um auxílio emergencial pra hoje e ele só vem depois de um ou dois meses, perdeu a função do negócio... A questão não está no trabalho do campus não, tá na liberação da verba mesmo, o dinheiro já está empenhado e tudo certo, só que o dinheiro não saí. Nesse semestre aconteceu dos alunos receberem tudo junto porque o dinheiro não caiu durante o semestre. (Assistente Social 5)

Já perdemos alunos que evadiram por morarem no entorno de Brasília e usavam o dinheiro para pagar passagem. Com os atrasos nos pagamentos dos auxílios esses alunos vieram reclamar, até começarem a faltar as aulas e evadirem. Por mais que eu tenha ido atrás para resolver esses problemas com atrasos, não consegui, até envio os pedidos de pagamento antes da data prevista, mas nada. (Assistente Social 2)

## 5. INSTRUMENTAIS

O usuário tem o direito à educação assegurado de acordo com o Art. 206 da Constituição Federal de 1988 está determina a educação pública, gratuita e de qualidade, assim como os meios de acesso e permanência nas instituições de ensino.

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V- valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII- garantia de padrão de qualidade.

As demandas gerais do IFB determinam os instrumentais a serem usados. Todas as demandas se constituem no atendimento aos alunos em geral, com atenção para os alunos com maiores dificuldades sócio-econômicas. Esses alunos são atendidos para a manutenção da permanência na Instituição, de forma que lhes são garantidos o direito ao acesso a educação. Sabemos que o direito a educação é fundamental e garantido pela CF.

Os profissionais se especializam na área do serviço social na educação e nas áreas de sua atuação para atender as demandas para fazer uma leitura crítica para a elaboração do diagnóstico adequado a realidade brasileira.

“O atendimento adequado a essas demandas exige novas qualificações e capacitação teórica e técnica para a leitura crítica do tecido social, elaboração de diagnósticos integrados das realidades municipais e locais, formulação de indicadores sociais, apropriação crítica do orçamento público, capacidade de negociação, de interlocução pública, etc., o que interpela as instâncias formadoras e demanda a adoção abrangente de mecanismos de educação continuada para técnicos e gestores públicos.” (Raquel RAICHELIS, 2009, p. 14).

Para acesso aos programas assistenciais, o serviço social conta com a ampla divulgação, em meios oficiais (site) bem como em sala de aula e murais, com as informações necessárias para que o discente tenha conhecimento do papel do serviço social na instituição. Nessa divulgação são entregues aos alunos informativos sobre o serviço social na instituição e a equipe mínima que compõe a CDAE.

Após a divulgação, se dá a abertura dos editais de assistência e posteriormente a análise documental para acesso aos benefícios. Na entrega de documentos, solicita-se o preenchimento de um questionário anexando-se um identificador que demonstra os documentos que foram entregues ou não.

Também é realizado aconselhamento aos estudantes para trazer qualquer documentação que possa reforçar a sua vulnerabilidade.

Ao encerrar a data de recebimento da documentação, dá-se início a catalogação, utilizando um programa de computador para organizar uma planilha com os principais dados dos alunos, como nome, telefone, CPF, renda total da família, renda per capita, e se possuía alguma observação particular.

Esses dados são organizados apenas para conhecimento sobre quais estudantes estão aptos a receber a bolsa ou não, ou seja, se estavam de acordo com os critérios essenciais para a participação no programa em questão.

A próxima etapa é a de análise dos questionários e da documentação entregue pelos estudantes.

Existe uma tabela<sup>9</sup> onde são atribuídos uma pontuação a fatores agravantes que seriam considerados de alta, média ou baixa relevância para a categorização em grupo 1 ou grupo 2 e o grupo 3 (lista de espera) a serem contemplados quando surgem vagas.

Visando uma atuação que não seja tão somente administrativa para o atendimento dessas demandas, temos como instrumento o código ético-político que exige do profissional uma visão crítica e abrangente da realidade social e de seus usuários.

Para o fornecimento do auxílio, o processo de seleção não é somente pela renda per capita do estudante, sendo avaliados outros critérios que fazem parte de outras manifestações das questões sociais, e não somente da avaliação investigativa financeira.

## 6. ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Por meio de uma análise do estudo socioeconômico como instrumento usado pelo serviço social no IFB, esse trabalho realiza uma investigação baseada nas concepções teóricas de Granemann (1999), que aborda o tema da concepção de Serviço Social como trabalho, de Raichellis (2009) que abrange o trabalho do assistente social na esfera estatal e de Miotto (2009) que discorre sobre os estudos socioeconômicos em Serviço Social.

No artigo contido no livro Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, organizado pelo CFESS/ABEPSS (2009), Miotto (2009, p 22-48) mostra que o estudo socioeconômico foi incorporado pelo Serviço Social brasileiro ao se aproximar do modelo norte americano, numa perspectiva positivista/funcionalista, com caráter policialesco e individualista, entendendo a desigualdade como um “fato natural” e reportando a responsabilidade para os indivíduos.

---

<sup>9</sup> Anexo 2

Com o processo que o Serviço Social brasileiro passou, ao se aproximar da perspectiva marxista, o estudo socioeconômico passa a ter outra perspectiva e objetivo através do compromisso ético firmado voltado para a classe trabalhadora.

A ruptura com a visão de problemas individuais e o novo entendimento que a desigualdade social, trata-se de expressões de necessidades não satisfeitas advindas da organização capitalista e ainda, entendendo como objeto de ação da profissão as expressões da questão social e o pensar a profissão no seu caráter teleológico, pois a resposta aos sujeitos singulares só será possível através da transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais.

O estudo socioeconômico incorporado nos diversos espaços sócio ocupacionais, principalmente na esfera sócio jurídico e na Previdência Social, é denominado como “estudo social”. Este é reformulado a partir de uma visão de totalidade, como uma ferramenta fundamental para a expansão da garantia de direitos, pois se torna um documento importante, independente da esfera que a/o profissional esteja inserido.

Dentro do estudo social é incorporado o debate sobre a família, que de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica de Serviço Social, é constituída como instância de proteção social. Dentro da análise crítica, vê-se necessário a expansão do conceito de família, que é considerando os aspetos do domicílio, parentesco e afetos. Esse debate que exige a análise da totalidade da questão familiar, para que se possa entender a lógica de organização destas para suprir necessidades e também entender como esta se relaciona com o Estado na garantia da proteção e garantia básica de direitos. Sendo importante lembrar que essas relações e significações variam de acordo com a classe social.

Para se aproximar do usuário que está inserido na realidade que é dialética, o profissional utiliza de abordagens individuais ou em grupo para resgatar elementos essenciais. deste lugar, levando em consideração o Código de Ética do Serviço Social.

O estudo social, por buscar relatar a realidade, é cercado por contradições, assim como a sociedade e seus projetos societários antagônicos.

Os estudos sociais são instrumentos de viabilização de direitos, além de ser uma realização do compromisso profissional com o usuário. O estudo socioeconômico no Instituto Federal de Brasília atende a perspectiva da totalidade que é um aspecto fundamental para o entendimento da utilidade do estudo socioeconômico.

A hipótese de que o estudo socioeconômico se aproxima da realidade vivenciada é válida, uma vez que o mesmo não abrange apenas o preenchimento de formulários, mas também atende a perspectiva das entrevistas e visitas domiciliares para uma aproximação da realidade social.

Com a aproximação da realidade social que é feita no IFB, é feito com precisão a análise da situação do usuário para a elaboração de um parecer final, e para guardar os dados para pesquisas posteriores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é fator essencial para a reprodução do ser social, até mesmo pra pessoa ser inserida na sociedade. A socialização dos conhecimentos científicos é essencial para o indivíduo integrar a sociedade no seu jeito de ser, independentemente de como ela é, podendo ser capitalista, socialista e etc.

A lógica da educação vivenciada por nós hoje é a educação voltada para o mercado de trabalho uma vez que é necessária a inserção do indivíduo no capitalismo.

O estudo da historicidade da educação e os processos históricos desta nos remetem às contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e o Estado como resposta para a questão social.

O Estado não assegura as condições necessárias para a realização da educação como direito social, vimos que todos os avanços na educação por meio do estado foram resultantes de lutas políticas da classe trabalhadora, mas não conseguimos quebrar essa lógica de educação voltada para cumprir as necessidades do capital.

O cotidiano profissional dos assistentes sociais requer a afirmação da direção teórica do Projeto Ético Político Profissional para subsidiar a atuação profissional na Política de Educação, colaborando para expor suas particularidades.

Com base nestas considerações, o estudo realizado foi balizado pela seguinte questão, formulada como problema central de pesquisa: quais são as demandas apresentadas pelos discentes do IFB/Brasília ao Serviço Social e quais são as condições objetivas que os assistentes sociais dispõem para atendê-las?

A fim de orientar a pesquisa, partimos da suposição que a atuação do serviço social é muito demandada no IFB, contudo, a insuficiência de orçamento regular impõe dificuldades e limites à intervenção profissional e à realização de suas competências e atribuições.

Estas demandas nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, dos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular. (CFESS-CRESS; 2011, p.16)

Esse trabalho de conclusão de curso nos institutos federais de Brasília buscou demonstrar alguns elementos históricos da evolução da educação até os tempos atuais ofertada pelo Estado e a atuação do profissional do serviço social nessa esfera, mostrando as demandas apresentadas pelos discentes para terem acesso a educação e a atuação do serviço social nessa esfera.

A fim de esclarecer sobre o papel do serviço social na educação, esse trabalho aprofundou a atuação serviço social pois esse campo de educação está em expansão.

O debate teórico foi o mais desafiador, uma vez que a produção teórica com essa temática é limitada, a história da educação no Brasil foi decorrida de autores que abordam a contrarreforma na educação e a atuação do serviço social além dos debates do ensino superior no Brasil e a criação dos institutos com essa nova modalidade de ensino.

O que podemos deixar claro com esse trabalho é que o cotidiano dos assistentes sociais se baseia na afirmação da direção do Projeto Ético Político Profissional, com sua atuação profissional voltada para a realização da Política de Educação.

Partindo desses quesitos, esse trabalho nos apresentou as demandas citadas ao serviço social cotidianamente, que não são poucas além de terem motivos diversos como a falta dos meios essenciais para o discente ter um acesso a educação ofertada por esses. Os profissionais atuam com essas demandas com a efetivação de programas assistenciais voltados para atender o maior número de demandas possíveis.

A partir do conhecimento da realidade pelos assistentes sociais do IFB, é feito com precisão a análise da situação do usuário para a elaboração de um parecer final, e para guardar os dados para pesquisas posteriores para servirem de parâmetro para comprovar a diversidade de programas a serem efetivados e a efetividade dos estudos sociais para relatar a realidade.

Outro fator importante dentro do IFB são as pesquisas de eficácia do serviço social e da equipe mínima, esta pesquisa sobre o panorama da evasão escolar dos estudantes que foram considerados evadidos pelos conselhos de turma, devem ser feitas regularmente, protagonizada pelos coordenadores dos cursos e pelos professores.

A pesquisa que é realizada pelo serviço social por intermédio do grupo de Assistência Estudantil, informa os motivos que levam os alunos a saírem do IFB. Os dados apontam dois aspectos fundamentais: a necessidade dos estudantes largarem os estudos por ter conseguido um trabalho e não ser possível compactuar os dois processos (estudo e trabalho), sendo observados também, casos de mulheres que não conseguem conciliar seus estudos com seus filhos pequenos, entre outras. Isso demonstra que há limites estruturais para o completo atendimento das demandas.

Essa pesquisa demonstrou a importância da atuação desse profissional no âmbito escolar, além de demonstrar que apesar das peculiaridades apresentadas, os resultados desses programas são positivos, principalmente para o acesso e permanência dos estudantes nos cursos.

## BIBLIOGRAFIA

BEHRING, E. **Acumulação capitalista, fundo público e Política Social**. In: Boschetti, Ivanete, et al (orgs.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo 2ª Ed: Cortez, 2009.

BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M. D. **Questão Social e Direitos**. IN: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

BERGUE, S. T. **POLÍTICAS PÚBLICAS: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul: Dados Internacionais de Catalogação na Publicação , 2012.

BOSCHETTI, I. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009 2ª Ed.

CARDOSO, F. H. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 08 Junho 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Planalto. **Planalto**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 22 Março 2015.

DAVID, A. *Reforma Universitária: retirada da PL 7.200/06 ou interrupção total?*, 10 junho 2010. Disponível em: [www.medicina.ufba.br/e-famed/ano\\_v/n\\_15/debate.pdf](http://www.medicina.ufba.br/e-famed/ano_v/n_15/debate.pdf).

DEMO, P. **Metodologias científicas em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

EDITAL N°006. Editais. **IFB**, 16 Março 2015. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/brasilia/noticiasbrasilia/8781-aberta-inscricao-para-o-programa-de-assistencia-estudantil-do-campus-brasilia>. Acesso em: 21 Março 2015.

FERREIRA, S. *Reformas na educação superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)*. **Revista da Faculdade de educação UnB v.18 n. 36**, 2012. 455-467.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GRANEMANN, S. **Processos de trabalho e serviço social** In: CFESS; ABEPSS, UnB. Brasília: CEAD/UnB, v. 2, 1999. 154-166 p.

IAMANOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEI ORGANICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Planalto. **Lei nº8.724**, 07 Dezembro 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em: 22 Março 2015.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA. DECRETO Nº 7.234. **Planalto**, 19 julho 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 21 Março 2015.

MIOTO, R. C. **Estudos socioeconômicos (Org). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, 2009.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. D. A dimensão técnico operativa do serviço social em foco: Sistematização de um processo investigativo. **Textos & contextos Porto Alegre**, p. 22-48, 2009.

MIRANDA, F. F. D. Artigos. **SEP**, 2011. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2012&title=Marx+e+as+crises+c%C3%ADclicas+do+capitalismo%3A+aspectos+te%C3%B3ricos>>. Acesso em: 08 Junho 2015.

NETTO, J. P. Reforma do Estado e impactos do nível superior. **Associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social**, p. 11-33, 2000.

PACHECO, E. M.; MORIGI, V. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania**. Porto Alegre: Tekne, 2012.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

SILVA, L. I. L. D. LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008., 30 Agosto 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>.

SILVA, O. M. M. J. D. **Serviço social na educação: Teoria e prática**. Campinas SP: [s.n.], 2012.

TENÓRIO, F. G. **A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo**. Rio de Janeiro. 2011.

UNIÃO, C. G. D. AGU. **Planalto,1988**, 10 Junho 2015. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/4269037>>.

VALADARES, L. Arquivo para alunos. **moodle**. Disponível em: <[http://aprender.unb.br/file.php/3996/Arquivos\\_para\\_alunos/Apoio\\_Trabalho\\_Final/10\\_Mandamentos\\_PerquisaParticipante.pdf](http://aprender.unb.br/file.php/3996/Arquivos_para_alunos/Apoio_Trabalho_Final/10_Mandamentos_PerquisaParticipante.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

## ANEXO I - QUADRO DE PONTUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Item	Situação a ser considerada	Pontuação por faixas
Renda Per Capita	Até R\$168,00	7
	R\$169,00 até R\$337,00	6
	R\$338,00 até R\$506,00	5
	R\$507,00 até R\$ 674,00	4
	R\$ 675,00 até R\$842,00	3
	R\$843,00 até R\$1.010,00	2
	1.011,00 até R\$1.182,00	1
Tipo de Moradia	Alugada	5
	Financiada	4
	Cedido	3
Local de Moradia	Igual ou superior a 50 km em relação ao campus.	7
	Entorno	5
	Em região administrativa diversa ao seu	2
	Moradia Estudantil do IFB	2
Número de Filhos	De 0 a 12 anos incompletos	2 (por cada filho)
	De 12 a 18 anos incompletos	1 (por cada filho)
Saúde	Doenças graves/crônicas (Aluno)	5
	Doenças graves/crônicas (dependente)	3
PNE	Aluno	5
	Membro da composição familiar (dependente)	3
Cor/Etnia	Pessoas pardas, pretas, quilombolas, indígenas	3
Mulher chefe de família	Único responsável financeiro pelo sustento econômico da família	5
Situação da Trabalho	Desemprego dos responsáveis (mantenedores)	5
	Desemprego do Educando (no caso de	5
	Desemprego do Educando	2
Benefício Social	Sim	5
<b>TOTAL MÁXIMA:</b>		

## ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MODELO)

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Local de formação: \_\_\_\_\_

Ano de Formação: \_\_\_\_\_ Especialização: \_\_\_\_\_

Exemplo de especialização: Mestrado

Tempo de IFB: \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_

Experiência Profissional: \_\_\_\_\_

Como se deu o surgimento do Serviço Social no IFES e neste Campus?

Como o Serviço Social está organizado neste Campus?

Como está organizada a coordenação de assistência estudantil neste campus?

Quem são os usuários que demandam a atuação do Serviço Social no IFB?

Quais são as principais demandas apresentadas ao Serviço Social?

Quem são os usuários que apresentam as demandas?

As demandas neste Campus são iguais às dos outros Campi? Por quê?

Quais são as principais competências e atribuições exercidas por vocês no IFB?

Quais são os principais instrumentos utilizados na realização do trabalho?

Quais são as condições objetivas que você dispõe para realizar o trabalho?

A direção do IFB assegura os recursos necessários para você realizar o trabalho?

Você realiza trabalho interdisciplinar? Como? Quais são as especificidades de cada profissional?

Quais são as dificuldades que você encontra para realizar o trabalho e atender as demandas que chegam até o Serviço Social?

Quais foram os avanços que ocorreram no trabalho do Serviço Social?

O que você acha que é necessário para atender as demandas e assegurar os direitos dos discentes?

## **ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a),

Vimos através deste, convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “Demandas apresentadas ao Serviço Social pelos discentes, competências e atribuições dos assistentes sociais no Instituto Federal de Brasília..”, pré-requisito para a conclusão do curso de serviço social, que será realizada pela aluna Rhayane da Silva Almeida, Mat. 10/0121951 -, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivanete Boschetti. Temos como objetivo geral compreender como se dá as demandas dos discentes ao serviço social e demonstrar quais são as condições objetivas de que dispõem os assistentes sociais para realizar suas competências e atribuições e responder às demandas. Sua participação é de fundamental importância para a coleta de informações e para a problematização da questão. Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, por qualquer motivo, o (a) senhor (a) poderá interromper o andamento da entrevista. A preservação de sua identidade será mantida em sigilo e a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações referentes à entrevista serão destruídas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora desta estudante pesquisadora e ao participante, através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecidas pela estudante pesquisadora responsável.

Assim, se o senhor (a) aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

Declaro ter sido devidamente esclarecido (a) do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo;

Nome/Assinatura: \_\_\_\_\_.

RG: \_\_\_\_\_.

Email: \_\_\_\_\_.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.